

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A 'ORDEM NATURAL' DE SMITH E AS VISÕES CRÍTICAS DE MARX E
POLANYI**

MATEUS HENRIQUE VELOSO FERREIRA
matrícula nº: 112024906

ORIENTADOR: Prof. Alexandre Laino Freitas

JANEIRO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A 'ORDEM NATURAL' DE SMITH E AS VISÕES CRÍTICAS DE MARX E
POLANYI**

MATEUS HENRIQUE VELOSO FERREIRA
matrícula nº: 112024906

ORIENTADOR: Prof. Alexandre Laino Freitas

JANEIRO 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Rosânia, pela sua força única e constante frente a vários desafios, sem a qual eu não poderia ter caminhado de forma bem-aventurada nem teria a minha educação como prioridade;

À minha avó Catarina, por ter dividido comigo grande parte de seu tempo, pelos diversos ensinamentos e exemplo de prudência;

À minha irmã Daniele, pelo carinho, incentivo e apoio durante tempos difíceis;

Ao Prof. Dr. Alexandre Laino Freitas, meu orientador, por ter dedicado seu tempo com atenção, compreensão e paciência e, principalmente, por ter despertado em mim o interesse no estudo e na reflexão do objeto que compõe este trabalho;

À UFRJ e ao corpo docente e administrativo do Instituto de Economia, por terem me proporcionado o ambiente ideal de questionamento do mundo.

RESUMO

Esta monografia versa sobre as visões críticas de Karl Marx e Karl Polanyi à ideia de livre mercado proposta por Adam Smith. Smith disserta sobre a positividade no funcionamento automático dos mercados e, assim, funda o bem-estar das sociedades nas ações livres e espontâneas no domínio econômico. Marx crítica essa sociedade livre por visualizar grandes contradições em seu funcionamento, em especial no que diz respeito à relação de trabalho, uma vez que o trabalho é elemento fundamental na manutenção do sistema capitalista, mas ele ocorre de forma a alienar e explorar o trabalhador e, assim, impede o funcionamento positivo do próprio sistema e da vida do proletariado. Polanyi, por sua vez, critica o sistema de mercado por visualizar nele a capacidade negativa de sobrepor as relações econômicas às sociais, de modo que a humanidade e a natureza são convertidas em mercadorias, provocando, assim, a destruição do tecido social da sociedade.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGT	A Grande Transformação
ARN	A Riqueza das Nações
TSM	Teoria dos Sentimentos Morais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – A FILOSOFIA LIBERAL DE ADAM SMITH	10
I.1 – Modernidade: A Abordagem Smithiana	10
I.1.1 – Adam Smith à Luz dos Clássicos	11
I.1.2 - O Método Newtoniano e a Ciência do Homem	14
I.2 - O Surgimento do Discurso Econômico	17
I.3 - A Ordem Natural de Adam Smith	20
I.3.1 – A Natureza e as Causas da Riqueza das Nações	20
I.3.2 - A Mão Invisível: o Princípio da Máquina Econômica	26
I.4 - As Funções do Estado	31
CAPÍTULO II - KARL MARX E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	35
II.1 - O Trabalho como Base do Capitalismo	35
II.2 - Exploração do Trabalho: Análises Históricas	38
II.2.1 - Ampliação da Jornada de Trabalho	40
II.2.2 - Ampliação da Produtividade do Trabalho pela Utilização de Máquinas	42
II.3 - O Exército Industrial de Reserva	44
CAPÍTULO III - A ANTROPOLOGIA ECONÔMICA DE KARL POLANYI	47
III.1 - O Mito Liberal	47
III.1.1 - Evidências Históricas sobre o Sistema de Mercado	48
III.1.2 - O Surgimento dos Mercados	52
III.2 - As Mercadorias Fictícias	55
III.2.1 - O Mercado de Trabalho	56
III.2.2 - O Mercado de Terras	57
III.2.3 - O Mercado de Dinheiro	59
III.3 - Argumentação Teórica de Polanyi: uma Síntese	60
III.4 - A correspondência entre Polanyi e Marx	62
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

Adam Smith (1723-1790) foi um grande filósofo e economista escocês. O seu nome, entretanto, é constantemente associado ao ‘economista’ e isso se deve, em grande parte, ao enorme sucesso de sua obra econômica, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, publicada em 1776. Não obstante, ARN produziu outro efeito sobre o nome de Smith, o de fundador de uma nova ciência, com objetos e métodos próprios de estudo, a Economia, embora Smith se interessasse por Economia Política. Em vista desses fatos, as origens de Smith, bem como seus outros talentos e aspirações foram escondidos, em especial no que diz respeito a sua enorme contribuição para os debates da filosofia moral pela sua também importante obra, *Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759.

A notoriedade de ARN não foi responsável apenas por esconder o legado de Smith para a filosofia mas também demarcou o território no qual Smith seria avaliado e julgado pela posterioridade, qual seja, suas proposições acerca do livre mercado. Embora ARN trate principalmente sobre o crescimento econômico dos países (europeus), o livro possui discussões paradigmáticas sobre a dinâmica dos mercados. De acordo com Winston Fritsch, autor da introdução de ARN, duas características revolucionárias podem ser atribuídas à ARN:

“A primeira é a análise dos fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais [...]. A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo.”
(FRITSCH In: Smith, 1996, p. 14)

Smith visualiza a sociedade como um sistema movido pelas liberdades individuais e propõe uma doutrina econômica baseada fundamentalmente na oposição às interferências legais. Smith defende a operação natural do ambiente econômico, por acreditar que somente uma operação espontânea seria positiva para os indivíduos que compõem uma determinada sociedade e é por isso que o *laissez-faire* pode ser pensado como uma criação de Adam Smith.

A teoria de Smith é brevemente tratada no primeiro capítulo, que tem por objetivos principais: especificar a influência clássica no trabalho do autor, que é entendido como o ponto final das tentativas da filosofia moral em desvendar os princípios que sustentam o

funcionamento da sociedade; especificar as características econômicas individuais que, com aporte na metáfora da mão invisível, levam ao bem comum e, finalmente, expor as funções de um Estado circunscrito em determinados limites de ação.

Karl Marx (1818-1883) publica o primeiro livro de *O Capital* em 1867, após anos de esforço de pesquisas e investigações sobre o modo de produção capitalista. *O Capital* é uma das obras mais importantes do campo da Economia Política e, também, é a obra de maior maturidade do autor, embora seus trabalhos de juventude já fossem suficientes para marcar o seu nome na história das ideias. Em um de seus primeiros trabalhos, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Marx já inicia um debate rejeitando as proposições, entre elas a teoria do valor-trabalho, da Economia Política Clássica, após visualizarem nela apenas os interesses das classes capitalistas. O pensamento de Marx amadurece quando ele visualiza o proletariado como parte do sistema econômico e quando ele entende que o processo da alienação, isto é, o desapossamento do trabalho humano por quem o realizou, é fenômeno característico do sistema capitalista e fundamento básico para a situação da classe operária.

Após anos de trabalho e diversas publicações, o objetivo de Marx passa a ser, finalmente, o de desvendar as leis econômicas da sociedade burguesa e formular, a partir disso, uma crítica da Economia Política. O objetivo de Marx, na verdade, era criticar um sistema contraditório que funcionava basicamente ancorado no mercado. Marx não nega a capacidade criadora de riqueza do sistema capitalista, ele apenas caracteriza esse sistema pela separação entre o agente do processo de trabalho e a propriedade dos meios de produção. Nesse sentido, a alienação do trabalho possui extrema associação com a propriedade privada, porque é a separação dos meios de produção dos trabalhadores que permite que a relação de produção capitalista seja constituída de forma a alienar e explorar os trabalhadores:

“[...] somente tal separação permite que o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho subjetiva, desprovida de posses objetivas, se disponha ao assalariamento regular, enquanto, para os proprietários dos meios de produção e de subsistência, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica da acumulação do capital mediante relações de produção já de natureza capitalista.”
(GORENDER In: Marx, 2013, p. 39)

A crítica de Marx feita à Economia Política é objeto do segundo capítulo deste trabalho. Nele, alguns elementos contidos em *O Capital* são usados com ênfase, a saber, a relação capital-trabalho fundamentada pela relação de produção capitalista, os mecanismos de exploração dos trabalhadores e, por fim, os desdobramentos dessa exploração.

Karl Polanyi (1886-1964) publica *A Grande Transformação* em 1944 após observar alguns fracassos da sociedade de mercado, como a primeira guerra mundial, em 1914; o crash do mercado de ações dos Estados Unidos, em 1929 e a ascensão do fascismo, na década de 1920. Preocupado com os processos econômicos na civilização moderna, Polanyi escreve AGT com um objetivo claro, o de mostrar as limitações de um sistema baseado em mercados, assim como as implicações sociais desse sistema.

A abordagem de Polanyi possui metodologia histórica e antropológica. Em AGT, o autor faz um retrospectivo na história das sociedades para analisar a transformação particular de seus sistemas econômicos. Os resultados dessa análise mostram que as sociedades de mercado atuais diferem-se muito das sociedades históricas, principalmente no que tange ao status social dos seres humanos. No sistema atual, considerado ‘ideal’ pelos fervorosos liberais, os mecanismos autorregulados têm a tarefa de promover o bem comum de todos e a reprodução social ocorre apenas pela via dos mercados, de forma a provocar um distanciamento e uma sobreposição do aspecto econômico nos processos sociais. Nas palavras de Polanyi:

“Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.” (POLANYI, 2012, p. 60)

De acordo com os passos lógicos de Polanyi, o terceiro capítulo deste trabalho busca compreender como se caracterizam e qual a diferença das economias de mercado das economias históricas, quais os desdobramentos de um sistema de mercado que tem como principal característica a dominância do aspecto econômico sobre o social e de que forma ocorreu a relação entre o Estado e as instituições econômicas consideradas livres e autorreguladas em uma sociedade de mercado.

CAPÍTULO I – A FILOSOFIA LIBERAL DE ADAM SMITH

A reputação de Adam Smith é constantemente associada à ideia de capitalismo liberal e livre mercado. A ideia de livre mercado surge porque, em seus trabalhos, Smith defende a ação desamarrada dos indivíduos em busca de seus próprios interesses e, além disso, o sistema social proposto pelo autor é pensado como um sistema eficiente, que gera benefícios monetários na maioria das vezes em que as pessoas agem em busca do seu ganho pessoal.

Essa consideração, no entanto, esconde outros aspectos no trabalho de Adam Smith. Como será mostrado neste capítulo, a defesa pelo autor do liberalismo econômico apenas ocorre em partes, visto que o Estado é chamado a participar da sociedade e interferir no sistema econômico em momentos em que este falha em sua função básica de promover o bem comum. Logo, este capítulo visa recuperar a abordagem smithiana sobre o funcionamento das sociedades para que seja possível compreender a ideia de mão invisível e, também, entender como ele visualiza o Estado em uma sociedade de indivíduos livres.

I.1 – Modernidade: A Abordagem Smithiana

Na história das ideias, as observações de Adam Smith acerca dos fenômenos coletivos representam não apenas um avanço significativo nos debates da filosofia moral entre os pensadores modernos mas, além disso, o ponto final na questão fundamental da Modernidade: a explicação da sociedade.

Um passo importante para o entendimento das obras de Smith é reconhecer a amplitude da sua herança cultural e intelectual, visto que Smith, ao construir e fundar sua teoria social e econômica na defesa da liberdade das paixões humanas e dos mercados, dialogou com alguns filósofos de sua época e foi certamente influenciado por outros pensadores que o antecederam. A fim de compreender a edificação do ambiente histórico e filosófico propício à aperfeiçoada tese de Smith, é importante situar o seu pensamento em relação aos movimentos sociais, intelectuais e científicos de seu tempo. Na exposição da influência clássica no trabalho de Smith, será fundamental o auxílio de alguns leitores de Smith, com destaque para Cerqueira (2006), Ganem (2000), Redman (1997), Coutinho (1991), Hirschman (1979) e Haakonssen (2006).

I.1.1 – Adam Smith à Luz dos Clássicos

O plano de Smith e de outros filósofos morais escoceses consistiu, de acordo com Cerqueira (2008), em examinar os diversos fenômenos sociais, mostrando os fundamentos que os relacionam. Smith empreendeu suas investigações morais no decorrer do século XVIII, período de enorme florescimento cultural e intelectual na Europa e foi, ao lado de David Hume, seu mestre e amigo, um importante personagem no Iluminismo Escocês¹, notável movimento filosófico da Modernidade.

O período denominado de moderno é bem definido por Marcondes (2001, p. 139), que assinala duas noções fundamentais diretamente relacionadas a ele. São elas a ideia de progresso, ligada à melhora em relação ao antigo; e a valorização do indivíduo, que se torna o motivo e, ao mesmo tempo, o eixo de todas as explicações.

Em uma periodização histórica, a idade moderna desponta no século XVII, sincronicamente com os processos de ascensão dos Estados nacionais europeus e do sistema capitalista de produção. Entretanto, o termo moderno e ideias associadas a ele não eram completamente novos. Marcondes (2001) periodiza em três fases principais a formação do ideário moderno, isto é, do conjunto de ideias e valores que definiriam a sociedade ocidental a partir do século XVII. Estas fases são o Renascimento do século XV, a Reforma Protestante do século XVI e a Revolução Científica do século XVII.

O Renascimento, embora tenha sido um movimento de transição entre a era Medieval e a Modernidade, já possuía o humanismo como traço marcante. Retira-se o foco dos temas medievais, como a evocação do elemento sagrado e das altas figuras políticas, para coroar o homem considerado em si mesmo e dotado de dignidade natural. A rejeição da tradição cristã e da verdade revelada tem em vista recuperar as virtudes na espontaneidade da natureza humana, uma vez que a autoridade bíblica é questionada e a razão humana é promovida. Dessa forma, o homem é visto como *“um microcosmo, que reproduz em si a harmonia do cosmo.”* (MARCONDES, 2001, p.142)

¹ Ver, a respeito disso, BROADIE, Alexander. The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment. 2003.

A Reforma Protestante foi um movimento de oposição à autoridade institucional da igreja, devido a desvalorização da consciência individual que esta promovia. O movimento, cuja coordenação inicial é tradicionalmente atribuída ao monge alemão Martinho Lutero, defendia o alcance da verdade, ainda em temas religiosos, através da ação livre e espontânea do homem, e não através da autoridade eclesiástica. Desejava-se autonomia política e liberdade de pensamento em detrimento ao tradicionalismo escolástico. A ruptura com o divino provocada pela reforma difundiu-se pela Europa e tornou-se um dos principais traços da filosofia moderna.

Como uma terceira etapa na formação do pensamento moderno, a Revolução Científica Moderna representa a elevação do interesse pelas ciências naturais com ênfase dado à investigação, observação e experimentação. De acordo com Marcondes (2001), duas transformações de grande tamanho levaram à Revolução Científica: em primeiro lugar, a demonstração do heliocentrismo (teoria que põe o Sol no centro do universo) proposta por Copérnico e validada por Galileu; e em segundo lugar, a ideia de uma ciência ativa, que valoriza a pesquisa e a matemática como principais instrumentos na busca pelo conhecimento.

Embora a Revolução Científica tome forma inicial apenas no século XVII, através de filósofos naturais como Copérnico, Galileu e Descartes, Bacon propõe, já no século XIII, o uso da matemática nas pesquisas de movimentos celestes. É em Newton (XVIII), entretanto, que a Revolução Científica e suas formulações dedutivo-matemáticas observam a evolução e ruptura de grandes dimensões em relação ao pensamento medieval, visto que inúmeros princípios da natureza foram desvelados.

Após estas fases e outros elementos históricos aqui não discriminados, como o Iluminismo do século XVIII, a visão engrandecida do homem e da sociedade passam a integrar em abundância a filosofia moderna. Dentro dessa filosofia, o jusnaturalismo mostrou-se responsável por transformar o universo humano em objeto de estudo sistemático. A característica predominante do movimento jusnaturalista é, segundo Bobbio (1986), a tentativa de construção de um sistema de princípios universais da conduta humana cujo fundamento metodológico suficiente seria a racionalidade, em total separação à teologia e ao historicismo. Bobbio alega que alguns autores iluministas podem ser caracterizados como jusnaturalistas, como é o exemplo de Hobbes e Locke. Em seguida, exponho resumidamente as teorias e respostas sobre a vida em sociedade de alguns desses autores e de outros que

também contribuíram para tornar mais elaborada a abordagem smithiana (Ganem, 2000, p. 14).

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi o pensador mais relevante do Renascimento e o primeiro a ponderar sobre a ruptura com a explicação divina (Ganem, 2000, p.14). Publicado postumamente em 1532, *O Príncipe* apresenta uma teoria política com o objetivo de ajudar o príncipe a conquistar, manter e ampliar o poder (Hirschman, 1979, p.13). Utilizando-se de uma abordagem histórica, considerada realista, o autor conclui que, para a máxima eficácia na ação do Estado, a natureza humana deve ser conhecida e suas paixões estimuladas.

Thomas Hobbes (1588-1679), motivado pelos avanços nas ciências naturais passíveis de aplicação na ação do homem, inicia seu afamado trabalho, *Leviatã* (1651), discorrendo sobre a natureza humana. O homem vive, de acordo com o autor, ou no estado de natureza, composto pelos instintos e pela razão, ou na sociedade civil. A passagem de um momento ao outro, representação do surgimento da ordem social, onde há bom convívio entre os homens, é feita pelo contrato social. A organização social, livre do contrato, estaria fundada no homem em seu estado mais pesado, dotado de paixões cruéis. A ordem social decorre, portanto, pela vitória da razão sobre os instintos, que faz surgir o Estado e o direito liberal.

John Locke (1632-1704), em *Dois Tratados sobre o Governo* (1690), descreve um estado de natureza não primitivo, porém ainda anterior à sociedade, no sentido em que os homens não vivem em guerra nem em completa harmonia. O desejo dos homens é garantir sua propriedade, herança e até mesmo dinheiro (Hirschman, 1979, p. 45) e, para isso, o autor constrói uma teoria do direito particular, fundada no direito institucional, que é a condição de viabilidade da sociedade (Ganem, 2000, p. 16).

Bernard Mandeville (1670-1733) é outro pensador que disserta sobre a mobilização de paixões. Segundo ele, as ações com base em vícios e paixões podem gerar grande benefício social e, por isso, autor é considerado um precursor do *laissez-faire*. É interessante perceber que o autor, enquanto defende as ações fundamentadas em vícios (vantagem, em termo smithiano), ao mesmo tempo justifica a existência de algum tipo de participação do Estado para que estas ações possam alcançar benefício social (Hirschman, 1979, p. 17).

David Hume (1711-1776), contemporâneo e amigo de Smith, publica *O Tratado da Natureza Humana* em 1738, com o ambicioso objetivo de construir a ‘ciência do homem’ através de uma “cautelosa observação da vida humana, e entendê-la como aparece no curso comum do mundo”² (Hume, 1896, p. 7). A preocupação com o empirismo em suas pesquisas já aparece no início do seu livro, onde o autor afirma que a observação e experiência são a chave para o entendimento humano. Os pontos mais importantes de sua obra são a percepção de que: (i) os homens são motivados pelo amor ao ganho e por isso as paixões estariam à frente da razão e (ii) existe nos homens o sentimento da simpatia (sentimento compreensivo pelo próximo) e o desejo de sociabilização, que permite o surgimento da ordem.

No que diz respeito a Adam Smith, embora sua solução para a sociedade seja fundada no domínio econômico, sua contribuição é entendida como parte de um movimento evolutivo na história da filosofia, pois também foi uma resposta dada aos desafios apresentados pelos teóricos modernos em seus trabalhos. A resposta de Smith consiste, portanto, em crítica a alguns discursos teóricos ou validação através de refinamento.

Smith se distancia de Hobbes, mas aproxima-se de Locke, Mandeville e Hume. Em relação à teoria hobbesiana, o distanciamento ocorre em dois sentidos: primeiro, o estado de natureza proposto por Hobbes, isto é, o desejo de glória que leva à guerra, é oposto ao smithiano, observado apenas como o desejo do homem de melhorar sua situação cujo resultado é positivo; e segundo, enquanto Hobbes visualiza o Estado como condição de progresso e liberdade, Smith visualiza as leis naturais como condutoras à harmonia (Coutinho, 1991, pp. 33-35). De Locke, Smith usufrui do conceito de direito de propriedade; de Mandeville, a ideia da mão invisível torna-se fundamental, como será mostrado adiante; e de Hume, cuja influência em Smith é ainda mais importante, este segue o percurso daquele ao dar relevância ao conceito de sociabilização e ao desejo do homem de melhorar sua condição.

I.1.2 - O Método Newtoniano e a Ciência do Homem

As substâncias filosófica de TSM e econômica de ARN fazem parte de um movimento intelectual em que o objetivo dos filósofos morais escoceses, no século XVIII, era a

² Tradução minha de: “*We must therefore glean up our experiments in this science from a cautious observation of human life, and take them as they appear in the common course of the world.*”

formulação de uma nova teoria social que fosse capaz de compreender os problemas sociais e econômicos da Escócia e do exterior, como destaca Cerqueira (2006, p. 668).

O objetivo de construir uma nova teoria social foi reafirmado devido à emergência, naquela época, da ciência em geral, com destaque para “*a filosofia moral, antecessor intelectual da economia política*”³ (REDMAN, 1997, p. 113). Assim, percebe-se que a Economia Política nasce sobre o terreno da ética e da filosofia, que tinham como projeto a compreensão da conduta humana.

A Economia Política nasce, ao mesmo tempo, sob definidora influência da física newtoniana. Tal influência seria o ponto de partida para as pesquisas morais e, em específico, para a Economia Política. Segundo Redman (1997, pp. 119-120), o método newtoniano, nascido na Revolução Científica, seria configurado pela experimentação, parcimônia, simplicidade e pela dedução matemática.

A autora ressalta que, ainda no século XVII, não havia plena distinção entre os conceitos de filosofia moral e filosofia natural, de forma que os termos filosofia e ciência eram usados perdidamente e ambos associados à investigação sistemática. De fato, a terminologia usada por Smith em *Essays on Philosophical Subjects* (1795)⁴, quando ele escreve que “a filosofia é a ciência dos princípios conectantes da natureza” (Astronomy, II.12), demonstra a desconsideração das particularidades entre os diferentes conhecimentos.

O êxito de Newton na explicação dos princípios conectantes da natureza, em especial na demonstração de sua teoria gravitacional, e a ausência de uma distinção clara entre os diferentes tipos de estudo motivou a utilização do mesmo método nas pesquisas morais, em particular para a pesquisa de Smith sobre a ação humana em sociedade. A metáfora do relógio é útil para entender que, assim como Newton abordou a natureza como um relojoeiro aborda um relógio, desmembrando-o e compreendendo seus segredos e sua harmonia, Smith não viu limites na aplicação de mesma técnica em suas pesquisas. Ambos ficaram envolvidos com a questão do equilíbrio; afinal, todos os diferentes tipos de conhecimento eram considerados parte de um único sistema (Redman, 1997, p. 115).

³ Tradução minha de: “*the direct intellectual forebear of political economy*”.

⁴ Coletânea póstuma que reúne diversos artigos escritos por Adam Smith ao longo de sua vida.

Smith não esconde a sua admiração pelo trabalho de Newton. No livro 5 de ARN, ele fala abertamente sobre a beleza do arranjo sistemático de diferentes observações ligadas por alguns princípios comuns primeiramente visto nos estudos da filosofia natural. Como Smith acreditava na possibilidade de aplicação das analogias mecânicas e outros princípios científicos para a descoberta de relações causais na vida em sociedade e para o entendimento do próprio indivíduo, o estudo da natureza humana, com objetivo de conhecer seus constituintes e sua dinâmica, mostra-se essencial e, ao mesmo tempo, torna-se possível devido a redução do obscurantismo proporcionada pela nova metodologia científica.

Para o autor, a filosofia moral tem a tarefa de prover um entendimento sobre o comportamento que é genericamente chamado de ‘moral’. Como cita Haakonssen (2006, p. 4), a filosofia moral seria central no desenvolvimento de uma ciência da natureza humana. A concepção smithiana de filosofia moral se amplifica com ideia de que ela é uma ferramenta apaziguadora, no sentido em que ela pode introduzir, através da imaginação⁵, ordem no caos potencial da natureza, que segundo o autor é constituída abundantemente por eventos solitários e incoerentes.

A tradição jusnaturalista, puramente baseada no serviço da razão, ainda sustenta a necessidade de conhecer a natureza humana. Aqui, a ideia evidente é a de que, antes de acessar a razão e conhecer o modo correto de agir para possibilitar especulações e diretrizes sobre os indivíduos, é necessário construir uma “*verdadeira ciência da moral*” (COUTINHO, 1991, p. 24).

Além disso, para Smith a ciência do homem, correligionária da filosofia moral, seria vital no desenvolvimento de outras ciências. Entretanto, essa crença não se trata de uma novidade, visto que Hume, responsável pela constituição da ciência do homem, já a considerava uma base sólida para os outros conhecimentos por acreditar que eles só poderiam ser alcançados através da percepção e do aprendizado humano.

No caso particular da Economia, afirma Coutinho (1991, p. 24) que a ideia da existência de uma natureza humana é favorável. O autor diz isso por acreditar que o

⁵ ‘Wonder’, para Smith, é a chave para a realização da filosofia e para a redução da inquietação humana. Segundo Cerqueira (2006, p. 680), a imaginação serve para retirar o indivíduo, ávido por explicações, do desconforto de desconhecer os princípios que conectam diferentes fenômenos.

conhecimento de algum tipo causalidade e regularidade nas relações humanas poderia ser estendido para o domínio econômico, fundando também uma ideia de racionalidade subjacente às relações econômicas.

Com efeito, Smith trabalhou para conceber a natureza humana e encaixá-la no ambiente econômico e em vários outros aspectos da vida. Na constituição de seu sistema de filosofia, formado pelas explicações a que propôs realizar, como alude Blaug (1992, p. 52), entende-se que TSM é um esforço de formular uma teoria científica da moralidade, enquanto ARN é um esforço de formular uma teoria científica da Economia.

I.2 - O Surgimento do Discurso Econômico

Adam Smith é aceito pela maioria dos estudiosos como o fundador da Economia como campo de estudo autônomo. Seu principal e mais conhecido trabalho é *A Riqueza das Nações*, onde o autor demonstra a hábil capacidade de examinar empírica e sistematicamente os temas mais relevantes para a Economia Política Clássica. Neste trabalho, Smith realiza investigações, como diz o título, da natureza e das causas da riqueza das nações, isto é, seu objetivo é o estudo da evolução no padrão de vida da sociedade.

Seu primeiro trabalho publicado, no entanto menos explorado e de natureza filosófica, é *Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759. Nele, o autor oferece uma análise da natureza humana no contexto dos sentimentos morais e contribui muito para a discussão da filosofia moral. Além de Smith ser classificado como um economista, ele é considerado um economista de certa inclinação ideológica, a de defensor do *laissez-faire*⁶. Tais considerações escondem o fato de que Smith foi, antes de tudo, um filósofo. Seus principais trabalhos são o resultado de estudos em cursos de Filosofia Moral, na companhia próxima de grandes pensadores, como Hutcheson e Hume.

Diante disso, diversos pensadores tendem a considerar Smith um pensador em metamorfose⁷, no sentido em que, partindo do filósofo, ele teria se transformado no

⁶ Como depois ficará claro, Adam Smith não era um defensor rude da doutrina do *laissez-faire* ou do liberalismo econômico, pois ele elencou diversas atividades e responsabilidades para o governo. Ver, a respeito disso, Viner (*Adam Smith and the laissez-faire*, 1927).

⁷ A discussão sobre a transformação e desconexão entre as obras de Adam Smith foi considerada o problema smithiano, primeiramente proposto pela escola histórica alemã, na obra de August Oncken: *Das Adam Smith*

economista. No intuito de discutir esta interpretação, é importante ressaltar que a contribuição de Smith sobre a Economia Política é apenas o resultado de um esforço de pesquisa em Filosofia Moral, cuja essência é o estudo da natureza da ação humana em geral. Assim como suas teorias de linguagem, ciência, arte, direito e política, a Economia Política é apenas uma parte do seu sistema intelectual, conforme Haakonssen (2006, p.1).

Cerqueira, em seu artigo de 2004, fornece uma análise clara sobre o surgimento do conceito de uma economia, como hoje é conhecido, à luz do discurso do antropólogo Louis Dumont. Este, por sua vez, analisa a evolução do pensamento histórico classificou o nascimento da economia como dependente de dois fatos preliminares. O primeiro fato refere-se ao próprio surgimento de um objeto de estudo, isto é, da existência de uma esfera econômica embutida nas relações sociais. O segundo fato trata-se, finalmente, da eliminação da ética no discurso econômico de Adam Smith.

Dumont foi apenas um dos pensadores a apontar o fato da inexistência de uma esfera econômica até meados do século XVIII, como aponta Cerqueira. O argumento central desses autores é que, apenas no século XVIII os temas econômicos mais comuns - trabalho, troca, preço, juros, câmbio - se tornaram um conjunto coerente e racional de debate, dotado de leis e princípios distantes aos princípios que governam as relações do Estado. Tal fato sinaliza a importância do tratamento grandioso dado ao tema econômico por Smith em ARN. Como diz Coutinho (1991, p. 16), “*de certa forma, A Riqueza das Nações fornece a senha de identidade ao pensamento nascente, conferindo-lhe o cunho de objeto específico de especulação*”.

O argumento que atribui a Smith o nome de pai da economia não elimina a possibilidade de os temas econômicos terem sido tratados por outros autores na trajetória de constituição da Economia Política, mas cria inquietação entre os que afirmam que a Economia Política teria sido concebida bem antes de Smith, através dos escolásticos e mercantilistas. Cerqueira clarifica que, embora tratassem de alguns temas econômicos, os escolásticos e mercantilistas estavam fora do campo tratado por Smith em ARN: o econômico.

Problem, in Zeitschrift für Sozialwissenschaft (Berlin, 1898). Haakonssen (2006) aponta que, desde então, a inconsistência no projeto de Smith tem sido desmistificada por diversos estudiosos, que entendem a teoria moral de Smith como base sólida para sua Economia Política. Ainda assim, o problema de Adam Smith continua sendo objeto de grande controvérsia teórica.

Coutinho aponta que o debate anterior ao século XVIII era definido basicamente pela defesa de interesses pecuniários com tendenciosidade mercantil. Realmente, como explicita Cerqueira, os principais tratados mercantilistas referiam-se ao comércio entre nações e se encaixavam no contexto da organização do Estado, uma vez que as atividades econômicas não representavam um espaço separado da política. Com relação aos escolásticos, na visão de Dumont exposta por Cerqueira, eles tinham a ética como ponto de vista sobre as ações de produção e distribuição material, falavam inclusive de preço “justo”.

Dumont ressalta que a existência do objeto de estudo e de uma estrutura econômica a ser analisada não é suficiente para a constituição da economia como disciplina e, nessa lógica, o antropólogo inclui como segundo passo necessário o divórcio com a ética nos tratados modernos a partir de Smith (inclusive). O primeiro passo decorre, então, do surgimento das economias de mercado⁸ verificado na Europa do século XVIII, e sua distinção da esfera política. O segundo passo é caracterizado pela emancipação da economia em relação à ética, colocando o espaço econômico como promotor de bem-estar.

De acordo com Cerqueira, Dumont visualiza essa emancipação através de uma ruptura contida nas obras de Smith, no sentido que, em ARN, Smith estabelece um sistema econômico cujo motor existencial é o interesse próprio, ao que parece em oposição ao que ele escreve em TSM, ao situar a simpatia⁹ como o sentimento característico dos indivíduos. Ou seja, a ruptura é entendida por Dumont porque, em um primeiro momento, Smith analisa os sentimentos morais dos indivíduos pela imagem da simpatia; em um segundo momento, Smith centraliza sua análise do bem-estar da sociedade na esfera econômica, atribuindo o seu funcionamento ao egoísmo dos agentes econômicos.

De acordo com o que será mostrado na próxima seção, é justamente a ação baseada no interesse próprio que, através do mecanismo da mão invisível e das trocas nos mercados, conduz ao bem da sociedade. Como ressalta Coutinho (1999, p. 102), Adam Smith entrega à

⁸ Uma economia de mercado, ou um sistema de livre iniciativa, é um espaço institucional em que as ações dos indivíduos ocorrem espontaneamente, sem interferência dos governos. Há, portanto, a ideia de naturalidade nas relações econômicas. Segundo Polanyi (2012, p. 45), uma economia de mercado “*significa um sistema autorregulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado*”.

⁹ Em Teoria dos Sentimentos Morais (I.I.i.1, 2, 3) Smith define simpatia como um sentimento de compaixão pelo outro, quando nos colocamos em sua posição e podemos imaginar o que ele sente. Não trata-se de um sentimento de benevolência, mas, sim, de solidariedade (“fellow-feeling”) e, também, desejo de aprovação pelos outros.

Economia o “*campo de conciliação entre a busca pessoal por benefício e a opulência da sociedade e do Estado*”. A ação do Estado como promotor de bem-estar é, então, refutada; o espaço econômico é, por si só, capaz de fornecer o bem da humanidade.

I.3 - A Ordem Natural de Adam Smith

O trabalho de Smith é amplo e diverso, mas, quando observado em totalidade, a ideia de ordem social como resultado do movimento automático das sociedades prevalece em seus argumentos. Para o autor, existe um estado de equilíbrio resultado das forças opostas e regulares da sociedade:

*“A sociedade humana, quando a contemplamos numa determinada luz abstrata e filosófica, aparece como uma máquina grande, imensa, cujos movimentos regulares e harmoniosos produzem mil efeitos agradáveis.”*¹⁰ (SMITH, 1759, IV.III.i.2)

O objetivo desta seção é expor a visão sistemática de Smith sobre a sociedade e, além disso, mostrar como o autor constrói sua teoria de mercado para justificar o alcance da ordem social e, especificamente, da riqueza das nações.

I.3.1 – A Natureza e as Causas da Riqueza das Nações

A Economia Política, na descrição de Aspromourgos (2009, p. 10), aparece como a “*ciência legislativa ou política que tem como objeto explicativo e descritivo a produção, distribuição e crescimento da riqueza*”¹¹. De acordo com Coutinho (1991, p. 102), o tratamento da riqueza privada constitui especialmente o corpo desta disciplina, que sobrevém da prosperidade da sociedade comercial.

O primeiro parágrafo do livro IV de ARN, exposto abaixo, evidencia que a Economia Política de Adam Smith, embora seja compreendida por muitos como a defesa do liberalismo econômico e a promoção do interesse burguês é, por certo, uma discussão normativa sobre o crescimento do padrão de vida das nações, desde as camadas mais baixas até as mais altas da sociedade.

“A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover

¹⁰ Tradução minha de: “*Human society, when we contemplate it in a certain abstract and philosophical light, appears like a great, an immense machine, whose regular and harmonious movements produce a thousand agreeable effects.*”

¹¹ Tradução minha de: “*Political economy will then appear as the legislative or policy science which has as its explanatory or descriptive object, the production, distribution and growth of wealth.*”

uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano.” (SMITH, 1776, IV, P. 413)

Smith trata da opulência do Estado e da classe capitalista, mas ele também se preocupa com os pobres. Em uma passagem de ARN, além de várias outras, o autor expressa a sua simpatia pelos menos favorecidos: *“Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais do que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível.” (SMITH, 1776, I.viii, p. 129)*

A Economia Política de Smith constitui um sistema¹² coerente de teoria descritiva cujo objetivo final é o crescimento da variação anual no produto interno per capita das nações (Aspromourgos, 2009). O objetivo normativo desse debate é o aumento do consumo per capita da população, em que riqueza é entendida como o acúmulo material dos indivíduos. A variação no produto interno per capita, por sua vez, é consequência do crescimento dos mercados e da produtividade do trabalho.

O elemento central da análise de Smith sobre o crescimento econômico é a divisão do trabalho. Realmente, os três primeiros capítulos do livro I de ARN tratam dos benefícios da divisão do trabalho e Smith já anuncia, na primeira sentença do primeiro capítulo, a relevância desse conceito para o incremento da produtividade do trabalho:

“O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho.” (SMITH, 1776, I.ii, p. 65).

Aspromourgos (2009, p. 136) diz que *“a divisão do trabalho é a especialização do trabalho nos processos produtivos, motivada pelos ganhos de produtividade”*. Smith, embora não forneça uma definição exata do fenômeno da divisão do trabalho, explicita e perpetua essa ideia através de seu famoso exemplo da manufatura de alfinetes:

“Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma indústria específica) nem familiarizado com a utilização das

¹² É importante recuperar e reconhecer o método indutivo na abordagem de Smith. De acordo com Henderson (2006, pp. 78-91), Smith preocupa-se muito com a demonstração de seus argumentos. Ao estender, a partir de observações diretas, o processo da divisão do trabalho na pequena manufatura de alfinetes para diversos outros setores, Smith mostra claramente que sua análise é metódica, isto é, o autor tem a percepção de regularidades nas práticas sociais e nos contextos históricos.

máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; (...). Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, [...] cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente.” (SMITH, 1776, I.i, P. 66)

Smith afirma que o aumento da produtividade do trabalho pela divisão do trabalho advém, especificamente, de três circunstâncias: (i) o aumento da destreza do trabalhador ao especializar-se em uma só função; (ii) a poupança de tempo que seria usado para que o trabalhador mudasse de função e, (iii) as inovações que poderiam surgir e possibilitar a realização de uma função por menos pessoas. O aumento da produtividade do trabalho tem significado de possibilitar a realização de mais trabalho pelo mesmo, ou por menor, número de pessoas.

Smith também afirma que existe, no homem, incapaz de realizar todas as atividades que necessita, uma grande necessidade de cooperação por parte de outros homens. Logo, pode-se dizer que foi através do intercâmbio que o homem conseguiu o necessário para a sua subsistência. A divisão do trabalho é, nesse sentido, consequência de uma propensão recorrente da natureza humana à troca. Essa propensão não decorre de nenhuma sabedoria inata ao homem, nem de sua bondade pelo outro ou de alguma política do governo; na verdade, ela decorre pelo desejo pessoal dos homens ao ganho material. Como Smith afirma:

“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.” (SMITH, 1776, I.ii, p. 74)

Para Aspromourgos (2009), os ganhos de produtividade sinalizam que a especialização no trabalho é um elemento central para o progresso material. Nessa perspectiva, o bem-estar material está diretamente relacionado à troca de mercadorias, na medida em que é a partir dela que os homens beneficiam-se com o trabalho alheio e têm acesso aos mais diversos tipos de bens necessários para a sua própria subsistência.

O bem comum é alcançado justamente pelo interesse egoísta dos homens. Partindo de uma visão da natureza humana como dotada de necessidades crescentes, os homens percebem

a sua interdependência e, por meio da especialização e das trocas nas sociedades mercantis, podem obter um padrão de vida mais elevado. Assim, Coutinho (1991) declara que a noção de sociabilidade é reconstituída por Smith.

Por isso Smith afirma que há, na sociedade, como resultado da difusão das produções dos diversos tipos de atividades, “*aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo*” (SMITH, 1776, I.i, p. 70). Isto é, no que concerne a matéria da distribuição da riqueza de uma nação, a especialização possibilita o seu aumento e a sua extensão até as camadas mais baixas pois, com maior produção resultada de menor quantidade de trabalho em cada atividade, todos os trabalhadores encontram-se dotados de uma quantidade de bens superior a que necessita.

Por conseguinte, Smith afirma que os trabalhadores assalariados (operários) nas sociedades comerciais eram muito mais abastados do que os reis em sociedades pré-comerciais:

“Em comparação com o luxo extravagante dos grandes, as necessidades e pertences de um operário certamente parecem ser extremamente simples e fáceis e, no entanto, talvez seja verdade que a diferença de necessidades de um príncipe europeu e de um camponês trabalhador e frugal nem sempre é muito maior do que a diferença que existe entre as necessidades deste último e as de muitos reis da África, que são senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus.” (SMITH, 1776, I.i, p. 71).

Smith, na continuação do tratamento dessa mudança técnica na produção, mostra que a extensão dos mercados representa um limite para a divisão do trabalho, dado que, quanto mais isolado viver o homem, menores serão suas possibilidades de encontrar alguém para que eles possam realizar trocas entre si. Assim, para sobreviver, o homem deverá realizar sozinho o máximo de atividades que conseguir. Smith exemplifica que os territórios próximos de mares e rios foram os mais gloriosos em razão de possibilitarem, através da navegação, uma ampliação na extensão de seus mercados, permitindo um aumento na divisão do trabalho.

Em virtude do que foi mencionado, pode-se concluir que o primeiro elemento a caracterizar o progresso e a opulência das sociedades comerciais é a troca de mercadorias excedentes por mercadoria excedentes, ou seja, é o acesso contínuo ao trabalho alheio pelo trabalho pessoal, fundado no princípio egoísta do homem do desejo ao ganho material (Coutinho, 1991). Mais precisamente, é o aumento da produtividade do trabalho permitido pelo fenômeno da divisão do trabalho que caracteriza o progresso da sociedade.

No livro II de ARN, Smith avança na discussão do crescimento econômico das nações percorrendo sobre um fenômeno que, em Economia, nos parece fundamental: a acumulação de capital. O capital é definido pelo autor como a parte do estoque de renda de um indivíduo não destinada ao consumo imediato, isto é, é a parte da renda destinada a gerar receita ou lucro futuro para o seu possuidor.

A definição sintetizada de Aspromourgos (2009, p. 162) é que capital, para Smith, é a parte do estoque de recursos que adiciona valor. O estoque de capital é necessário, em sociedades evoluídas, para dar prosseguimento aos negócios da sociedade. Sendo assim, para Smith, a acumulação deve anteceder a divisão do trabalho, já que:

“[...] antes de a pessoa executar seu trabalho e vendê-lo, é necessário acumular em algum lugar certo estoque de bens de diversos tipos, estoque este suficiente para manter o trabalhador e provê-lo dos materiais e instrumentos necessários para seu trabalho.” (SMITH, 1776, II, p. 285)

Além disso, o trabalho só pode ser mais subdividido à medida em que, proporcionalmente, mais capital for acumulado. A relação causal entre a acumulação de capital e a divisão do trabalho, como mostra Aspromourgos (2009, p. 161), pode ser invertida, ou pode-se verificar, também, mutualidade na causalidade entre os dois fatos. Da mesma forma que antes da acumulação de capital não pode haver divisão do trabalho, é somente após essa divisão que a acumulação de algum nível de estoque de capital torna-se possível.

Entretanto, o dualismo entre a acumulação de capital e a divisão do trabalho não elimina a relação causal destacada visivelmente por Smith, que é a especialização do trabalho ser promovida pela acumulação, e não o contrário. Como alega Smith (1776, II, p. 344), o capital é requerido para a elevação ou redução do número de trabalhadores, para o desenvolvimento de máquinas e outros instrumentos de produção e para uma divisão mais eficiente do trabalho.

No que tange especialmente ao crescimento da riqueza das nações, essa relação causal fica ainda mais clara quando Smith afirma que o produto anual de uma nação pode aumentar através do emprego de capital em trabalhadores produtivos. Smith define trabalho produtivo como sendo o *“tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado”* (SMITH, 1776, II.iii, p. 333). Aqui, a ideia é que o fruto de um trabalho produtivo possui alguma duração e relevância econômica após ser realizado. Evidentemente, o trabalho improdutivo é aquele cujo produto não acrescenta valor ao objeto sobre o qual foi aplicado.

A ligação entre acumulação de capital, trabalho produtivo e crescimento da riqueza das nações parece ocorrer de forma direta. Após esclarecer que é o trabalho produtivo que possibilita o crescimento econômico de um país, a característica especial do capital é que, para Smith, ele é imediatamente aplicado na manutenção de pessoas produtivas. Logo, fica claro na abordagem de Smith que o estoque de capital acumulado possui extrema relevância no processo de crescimento econômico (Aspromourgos, 2009).

O trabalho, embora constitua uma base do enriquecimento das nações através da geração de produto, não provoca aumento no estoque de capital de um país. O ritmo da acumulação de capital, bem como seu aumento ou redução, importante para medir os possíveis movimentos no produto anual, depende em grande parte da parcimônia com que vive o possuidor do estoque. Nas palavras de Smith (1776, II.iii, p. 339), “*os capitais são aumentados pela parcimônia e diminuídos pelo esbanjamento e pela má administração*”. Isto é, o capital de um indivíduo pode ser aumentado poupando de sua renda anual.

“A parcimônia, aumentando o fundo destinado à manutenção de mão-de-obra produtiva, tende a ampliar o contingente daquelas pessoas cujo trabalho enriquece o valor do objeto ao qual é aplicado. Tende, pois, a aumentar o valor cambiável da produção anual da terra e do trabalho do país. Põe em movimento uma quantidade adicional de trabalho, o qual dá um valor extra à produção anual.” (SMITH, 1776, II.iii, p. 339)

Isto posto, percebe-se que o indivíduo não frugal, ou não parcimonioso, interfere na boa gestão do capital, desviando-o de seu curso correto. Já está claro que o curso correto é a aplicação do capital sobre o trabalho produtivo, com o objetivo de assegurar a sua manutenção ou ampliação. Em tese, sem a frugalidade necessária aos indivíduos, o fim proposto da Economia Política de fornecer e ampliar a riqueza da sociedade torna-se distante. No entanto, de acordo com Smith, a falta de frugalidade de uns é compensada pela frugalidade de outros.

“Na verdade, raramente poderá acontecer que a situação de uma grande nação seja muito afetada pela prodigalidade ou má administração dos indivíduos, já que o esbanjamento e a imprudência de alguns sempre são mais do que compensados pela frugalidade e boa administração de outros.” (SMITH, 1776, II.iii, p. 342)

Percebe-se, pela sentença acima, que Smith acredita que sempre haverá pessoas parcimoniosas para constituir os fundos necessários ao trabalho produtivo e ao crescimento econômico. A razão disso é que ele retrata o desejo à poupança e à acumulação como um princípio ou característica presente na natureza humana.

“(...) o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa condição, um desejo que, embora comumente calmo e isento de paixão, herdamos do seio materno e nunca nos abandonará até a sepultura. Em todo o espaço de tempo que medeia

entre o berço e a sepultura, dificilmente talvez haverá um só momento em que uma pessoa esteja tão perfeita e completamente satisfeita com sua situação, que não deseje alguma mudança ou melhoria, de qualquer tipo que seja. Um aumento de fortuna é o meio pelo qual a maior parte das pessoas se propõe e deseja melhorar sua condição. É o meio mais comum e mais óbvio; e o meio mais suscetível de aumentar a fortuna é poupar e acumular uma parte do que as pessoas adquirem, regular e anualmente, ou então em condições extraordinárias.” (SMITH, 1776, II.iii, p. 342)

O comportamento parcimonioso do indivíduo deriva, então, de seu desejo de melhorar de condição. Esse desejo, pertencente a todos os indivíduos, junta-se à propensão à troca decorrente do auto interesse do homem para configurar a aparência básica da natureza humana para Smith. Temas como divisão do trabalho, resultado da propensão à troca, e acumulação de capital, resultado da parcimônia, são as expressões observáveis da natureza humana.

Dessa maneira, a base da dinâmica formulada por Smith para o empreendimento da riqueza das nações é o interesse egoísta dos homens. De fato, tanto a propensão à troca quanto a parcimônia têm correlação positiva no que trata do desejo pessoal ao ganho ou em melhorar de situação. A possibilidade de ordem, como ressalta Aspromourgos (2009, p. 167), ocorre pela moderação do egoísmo principalmente pela lei e pela sociabilização.

Portanto, os elementos constituintes da natureza humana não apenas descrevem o comportamento econômico dos indivíduos observados e tratados por Smith em sua Economia Política mas, acima de tudo, tornam-se especialmente responsáveis pelo alcance do progresso universal (Aspromourgos, 2009). Smith, ao relacionar a opulência universal aos fenômenos da produtividade do trabalho e da acumulação de capital, acaba relacionando-a, em especial, aos princípios que compõem a natureza humana.

I.3.2 - A Mão Invisível: o Princípio da Máquina Econômica

Adam Smith é considerado um pensador liberal pela maioria dos estudiosos. Essa crença foi concebida pela sua defesa da ação desamarrada dos indivíduos na busca constante pelo seu bem-estar material. A noção de liberdade, para fins referentes à Economia Política¹³,

¹³ Rothschild (2001) expõe a tese de Dugald Stewart, biógrafo de Smith, sobre a existência, no século XVIII, de duas esferas disjuntas da vida: a comercial e a política. Nesse sentido, a Economia Política ocupava-se com a esfera comercial e econômica da vida dos homens. A liberdade política não seria o foco de estudo desta ciência.

é exposta por Rothschild (2001, p. 59) como a liberdade do comércio e da indústria, da circulação de mão-de-obra e de estoque e da competição entre os indivíduos.

De maneira simples, para Smith a liberdade econômica é expressa através da espontaneidade nas ações dos indivíduos em sua exploração de oportunidades econômicas. Brown (2008, p. 130) especifica duas características do ideal de liberdade para Smith. Em primeiro lugar, a liberdade se encontra em posição diametralmente oposta aos conceitos de restrição, coerção e dominação das ações humanas por agentes do governo. Em segundo lugar, há mútuo respeito na relação dos indivíduos, que se relacionam com igualdade.

Como ele diz em ARN, *“deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.”* (SMITH, 1776, IV.IX, p. 169). A teoria construída por Smith constitui um sistema de natural liberdade.

Trata-se rigorosamente de um sistema pois, retomando o contexto da revolução Científica e, particularmente, o método Newtoniano, a Economia Política visualiza a sociedade como governada pela operação de certas forças parcialmente regulares e automáticas. Milgate e Stimson (2009, p. 78) apontam que o mecanismo de mercado foi a primeira suposição feita para caracterizar o espaço que permite a mecanização das ações econômicas. De acordo com o que já foi afirmado, para Smith, a ideia de sistema e do mecanismo de mercado é propiciada, especificamente, pela troca nos mercados.

Quanto ao aspecto natural desse sistema, Smith diz que:

“Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade.” (SMITH, 1776, IV.ii, p. 436).

Nessa sentença, o autor reafirma que o homem é definido pelo auto interesse oriundo de sua natureza, e suas ações são focalizadas na busca pelo ganho material. Assim, os ganhos sociais, entendido como os ganhos para a sociedade em geral, devem-se à ação espontânea dos indivíduos. Porém, como Smith esclarece, quando os indivíduos agem em busca de seus

próprios interesses, eles costumam tomar as decisões que também geram resultados benéficos a sociedade em geral.

Na verdade, mesmo sem decidirem beneficiar a sociedade, os indivíduos acabam por fazê-lo e um exemplo prático disso é quando o homem, ao trabalhar acreditando que está se esforçando apenas por si próprio, na verdade está gerando produto para outros homens da sociedade. Nesse momento, o benefício social resultado da ação interesseira individual caracteriza o que Smith chama de ‘mão invisível’.

“Geralmente, na realidade, ele [o homem] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.” (SMITH, 1776, IV.ii, p. 438)

Pode-se dizer que a metáfora da mão invisível é o elemento característico da teoria de Adam Smith. Em uma leitura usual, diz-se que a mão invisível guia os homens em suas ações cotidianas, permitindo que seus interesses egoístas transformem-se em importantes atributos para o benefício de todos. Uma definição ampla da ideia da mão invisível para Smith é: as ações dos indivíduos produzem resultados indesejados, existe ordem e coerência nos eventos da sociedade e as consequências indesejadas da ação individual promovem os interesses das sociedades.

Milgate e Stimson (2009, p. 92) afirmam que a mão invisível é compreendida como o que as pessoas recorrem para explicar as cadeias escondidas de eventos na sociedade; ela não se trata, entretanto, de um instrumento metafísico ou, nas palavras de Rothschild (2001, p. 117), *“a mão que as pessoas não veem, ou a mão atrás de suas costas”*¹⁴. Como Milgate e Stimson (2009) salientam, ela se trata, para Smith, de uma representação do mecanismo de mercado - a máquina econômica - *“criada pelos hábitos e expectativas das pessoas, que se transformam e dá forma às regularidades da sociedade”* (MILGATE & STIMSON, 2009, p. 94). Esse sistema ordenado com um estado de equilíbrio final coerente é o resultado dessas regularidades da sociedade, isto é, do comportamento econômico natural dos indivíduos.

¹⁴ Tradução minha de: *“The hand they cannot see, or the hand behind their backs.”*

A explicação do fenômeno da mão invisível expressa por Vivienne Brown (2008) é bastante esclarecedora: a mão invisível, “*que nos leva a ajudar a sociedade, independentemente de nossas intenções privadas, não é nada mais nem menos do que a força da própria sociedade [...]*”¹⁵ (BROWN, 2008, p. 145). Dessa forma, é a máquina econômica que reconcilia o esforço dos homens em melhorar suas condições para resultar, despretensiosamente, no bem da sociedade.

As consequências não intencionais da ação do homem são o fruto de sua prudência. Milgate e Stimson (2009, p. 83) destacam que a solução para o argumento de Smith é encontrada no caráter racional da ação interesseira dos indivíduos e que, por racional, entende-se as ações calmas, calculadas e conscientes. Para os autores, quando Smith diz que “*todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui.*” (SMITH, 1776, IV.ii, p. 436), ele está tornando aparente o traço pensante existente nas ações humanas. Sabe-se, no entanto, que o caráter racional dos indivíduos diz respeito apenas à busca de seus interesses, e não a suas ações com objetivo de alcance de bem comum, entendido como bem material de todos. Bem comum é, nessa perspectiva, uma consequência não intencional.

Novamente sobre o item da liberdade, fundamental para o funcionamento da máquina econômica, ela só se torna plena quando os indivíduos agem sem a interferência do Estado já que, para Smith, o envolvimento do Estado nas decisões individuais significa uma alteração no curso correto e natural do progresso da sociedade. Assim, fica claro que o sentido da metáfora da mão invisível depende da autonomia e segurança dos indivíduos em suas atitudes. Dugald Stewart (1793), em sua introdução de *Essays on Philosophical Subjects* (1795) intitulada *Account of the Life and Writings of Adam Smith*, apresenta uma passagem relevante sobre esse aspecto, contida em um dos manuscritos não publicados de Smith.

“[...] pouco se requer, para levar um Estado da barbárie mais baixa para o mais alto grau de opulência, além da paz, impostos baixos, e uma administração aceitável da justiça; todo o resto é feito pelo curso natural das coisas. Todos os governos que interferem nesse curso natural, que forcem as coisas para outra direção, ou que se empenham em sustar o progresso da sociedade em um ponto específico, não são naturais e para subsistirem têm de ser opressivos e tirânicos.” (STEWART, 1793, IV, lxxx. In: SMITH, 1795)¹⁶

¹⁵ Tradução minha de: “*The invisible hand leading us to help society regardless of our private intentions is nothing more or less than the force of society itself [...]*”

¹⁶ Tradução minha de: “*Little else is requisite to carry a state to the highest degree of opulence from the lowest barbarism, but peace, easy taxes, and a tolerable administration of justice; all the rest being brought about by the natural course of things. All governments which thwart this natural course, which force things into another*

Smith, embora pareça otimista sobre o funcionamento automático da sociedade, deixa claro que a base para isso é a garantia do ‘sistema de liberdade natural’. Conforme Brown (2008, p. 146), Smith considera que o Estado deve atuar para corrigir as situações em que a mão invisível parece não funcionar, dado que, para Smith, a mão invisível funcionaria na maioria dos casos, mas não em todos. Conclui-se, portanto, que o Estado deve se comprometer constantemente com a garantia da liberdade e igualdade entre as partes da sociedade comercial.

Aqui cabe ressaltar que o funcionamento automático da sociedade, nas circunstâncias citadas anteriormente, não decorre pela ação divina. Bianchi e Santos (2007, p. 650) e Milgate e Stimson (2011, p. 82) mostram que, em TSM, a crença de Smith em uma divindade providencialista pode ser inferida, já que ele estabelece a presença “*do grande diretor do universo*” (SMITH, 1759, VI.II.iii), do “*condutor do universo*” como o criador da “*grande máquina do universo*”. Em Bianchi e Santos (2007), é afirmado que a crença religiosa de Smith é inquestionável, mas observar suas crenças religiosas é um esforço desnecessário, visto que o mais importante para o bom entendimento do argumento teórico de Smith em ARN é perceber em que medida esse argumento se sustenta sozinho, sem o auxílio de elementos transcendentais.

Nessa linha de pensamento, Aspromourgos (2009, pp. 43-48) ressalta que os argumentos de Smith são logicamente independentes de uma divindade e que, mesmo quando Smith faz uso de ‘enfeites estilísticos’ teológicos em TSM, esse providencialismo não desempenha nenhum papel em suas explicações dos processos econômicos. Realmente, em ARN, Smith não faz uso da presença de uma figura divina nos processos sociais e os próprios elementos metafóricos não aparecem (Aspromourgos, 2009). No que diz respeito à constituição do comportamento econômico e da natureza humana, fundamental para a análise econômica de Smith (Aspromourgos, 2009), a relação com a divindade também não surge em nenhum momento.

A elucidação sobre a ausência de elementos teológicos em ARN, feita por Bianchi e Santos (2007, p. 650), com inspiração em Cardoso¹⁷, é bastante útil. Os autores discorrem sobre os movimentos convergentes no nascimento da economia política como representante da lógica dos mercados, que teve um dos seus marcos na publicação de ARN. Os movimentos citados pelos autores são a emergência da sociedade mercantil e alguns processos intelectuais (com destaque para o Iluminismo e a Revolução Científica) que transformaram a ideologia social. Conforme indicam os autores, Smith formulou sua obra sob um pressuposto racional e empírico, em um cenário em que a Igreja não era considerada a única fonte da verdade.

À sombra desta perspectiva, Bianchi e Santos (2007) dizem que a teoria econômica de Smith pode ser enxergada como laica porque a interferência divina não é necessária para o funcionamento do sistema econômico. A ocorrência do bem comum se dá por processos estritamente econômicos, em particular a divisão do trabalho e a acumulação de capital, ambos com fundamento no próprio sistema da natureza e das relações humanas, isto é, na integração social fundada em interesses pessoais (Bianchi e Santos, 2007). Em vista disso, a mão invisível deve ser interpretada como o nome dado por Smith ao mecanismo econômico ou como um operador social (Ganem, 2000).

I.4 - As Funções do Estado

Vários autores clássicos não consideram Adam Smith um verdadeiro defensor da doutrina do *laissez-faire*, em face das inúmeras funções dadas por Smith ao governo. Young (2005) apresenta Viner (1927) como o autor de maior autoridade nesse contexto. Outros autores, como Skinner (1996)¹⁸, Haakonssen (1981), Heilbroner (1996)¹⁹ e Winch (1978)²⁰, também são listados por Young (2005) pela insistência desses em recuperar os importantes princípios que compõem a agenda positiva do Estado para Smith.

Na consideração de Skinner (1996), os princípios que dão forma à proposição de Smith sobre a atuação do Estado são a utilidade, entendida como o bem econômico comum, e

¹⁷ CARDOSO, José Luís. *Natural law, natural history and the foundations of political economy*. The Elgar companion to economics and philosophy, 2002.

¹⁸ SKINNER, Andrew. *A System of Social Science: Papers relating to Adam Smith*. 2º ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.

¹⁹ HEILBRONER, Robert. *Teachings from the Worldly Philosophy*. New York: Norton, 1996.

²⁰ WINCH, Donald. *Riches and Poverty: An Intellectual History of Political Economy in Britain, 1750–1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

a equidade. Paradoxalmente, enquanto o homem age buscando o seu próprio interesse, sem objetivos de alcançar utilidade geral, o Estado deve tencionar a utilidade da sociedade pois, como Viner (1927, p. 217) ressalta, Smith reconhece os inúmeros conflitos que podem surgir entre os interesses privados e os do público em geral. Em outras palavras, o interesse e o bem público formam o roteiro para a atuação do governo.

No entanto, Smith deixa claro que, de acordo com o sistema de natural liberdade, a atuação do Estado é restrita. No primeiro capítulo do Livro V de ARN, intitulado ‘os gastos do soberano ou do Estado’, Smith pauta apenas três deveres de grande relevância do governo de uma nação: primeiro, o gasto com a defesa; segundo, o gasto com a proteção dos cidadãos através do sistema de justiça e, por último, os gastos com as obras e as instituições públicas. Na concepção de Viner, as funções entregues por Smith ao Estado são mais do que suficientes para demonstrar que o autor considerava importante a participação no Estado na promoção do bem-estar público.

A ordem com que as funções são apresentadas possui grande relevância para o pensamento de Smith, que segundo Haakonssen (1981, pp. 94-95), representam a prioridade dada pelo autor à defesa, de forma que sem ela não pode haver sociedade. De acordo com Smith (1776, V.i, p. 173), “*o primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes, só pode ser cumprido recorrendo à força militar.*”

O gasto com a defesa possui como principal característica possibilitar a coerência na sociedade, para que dela a ordem seja derivada (Haakonssen, 1981). Smith (1776, V.i, p. 179) relata duas formas para que alcançar a presença de uma força militar na sociedade. A primeira delas consiste no Estado forçar a prática dos exercícios militares por aqueles que estão na idade militar; e a segunda consiste na transformação, pelo Estado, da atividade militar em uma ocupação específica. A segunda forma é a única que possibilita a existência de um exército efetivo, promotor de estabilidade interna (Haakonssen, 1981).

A defesa é requisito imediato para o gasto com a justiça pois, sem a harmonia social facilitada pela defesa de seus cidadãos, não existirá um sistema de justiça que, para Smith, “é

o pilar principal que sustenta todo o edifício da sociedade”²¹ (SMITH, 1759, II.II.iii.4).

Como um passo seguinte, a administração da justiça é a segunda principal função do governo.

“O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa, comporta igualmente gastos cujo montante varia muito, conforme os diferentes períodos da sociedade.” (SMITH, 1776, V.i, p. 187)

No trabalho de Viner (1927, p. 223), é apontado que Smith reconhecia a inevitabilidade dos desentendimentos de classe causados pela propriedade individual e, por isso, sublinhava o sistema de justiça como o código legal e habitual para lidar com os direitos, privilégios e obrigações cotidianos na organização econômica de mercado. Sendo assim, em casos de violência, fraude, distorção e desonestidade, a administração da justiça ocorreria de diversas formas, como punição e execução de reparação. Todavia, Smith ressalta que, para não perturbar o sistema de liberdade natural, todo *“ato de autoridade legislativa que só deve ser exercido e só pode ser executado em casos da mais urgente necessidade.”* (SMITH, 1776, IV.v, p. 43). O Estado só deve interferir nos direitos livres dos cidadãos quando eles interferirem no direito alheio.

A terceira função do governo, conforme Haakonsen (1981), marca a preocupação com a decência humana. Contudo, diferentemente das duas funções anteriores, que dizem respeito ao poder dos indivíduos, isto é, aos seus direitos, liberdades e propriedades, esta função refere-se ao poder do governo.

“O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduo as crie e mantenha. Também o cumprimento deste dever exige despesas cujo montante varia muito conforme os diferentes períodos da sociedade. Depois das instituições e obras públicas necessárias para a defesa.” (SMITH, 1776, V.i, p. 198)

Smith, em ARN, não apresenta a relação direta dessa função com o surgimento e a manutenção da ordem natural, mas sabe-se que o princípio básico da realização de obras e criação de instituições públicas é o de promover o funcionamento de certos aspectos da sociedade que podem não funcionar, e às vezes nem mesmo existir, através da vontade espontânea dos indivíduos. Alguns desses aspectos são, para Smith, a facilitação do comércio da sociedade e a promoção da instrução dos indivíduos.

²¹ Tradução minha de: *“is the main pillar that upholds the whole edifice of society.”*

A facilitação do comércio em geral ou de certos setores pode ocorrer, de acordo com Smith, pela criação e manutenção de estradas, pontes, canais navegáveis, portos, etc. e, além destas, há também a cunhagem de moedas e os serviços postais. As funções relacionadas a promoção da instrução dos indivíduos são a educação da juventude, como colégios e universidades, e a instrução religiosa para pessoas de todas as idades, para corrigir a moral estrita das pessoas. Finalmente, os gastos com o sustento da dignidade do soberano, para possibilitar o bom cumprimento de seus deveres, também são citados por Smith.

Portanto, o grupo de ações do governo apresentado por Smith diz respeito ao bom funcionamento da sociedade mas, conforme evidencia Young (2005), a atuação do estado possui determinado dualismo na obra de Smith, no sentido em que, em um primeiro momento, Smith defende a existência de forças naturais nos processos sociais e deixa explícito que algum tipo de intervenção estatal pode corromper o sistema de liberdade natural que permite o surgimento da ordem comum; depois, Smith pauta diversas funções para o Estado e admite que nem sempre a ordem é alcançada pelas forças naturais, sendo preciso alguma participação do Estado na correção desses problemas e na manutenção da ordem natural.

Por isso é possível afirmar que o papel do Estado, em relação aos mercados, não seja totalmente coerente, que no sentido exposto por Young (2005) significa a inexistência de um único princípio definidor da atuação econômica do Estado na obra de Smith. De fato, Smith funda o bem-estar da sociedade nas virtudes das atitudes naturais e livres dos indivíduos, e não no papel ativo do Estado nos processos econômicos. Foi a abordagem de Smith sobre a ordem natural decorrente da ação livre no ambiente econômico que o levou à fama e, por isso, seu nome é constantemente associado à doutrina econômica do *laissez-faire*.

CAPÍTULO II - KARL MARX E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Em *O Capital*, Marx focaliza sua análise na crítica da visão da Economia Política sobre o modo capitalista de produção. Esse capítulo busca realizar uma breve reconstrução da estrutura da teoria de Marx enfocando a questão específica do potencial destrutivo do sistema capitalista. Para tal o enfoque será a relação capital-trabalho e os efeitos da acumulação capitalista na classe trabalhadora inglesa, tal qual sintetizado no capítulo 23, pela lei geral da acumulação capitalista.

Este capítulo tem por objetivo mostrar os desdobramentos negativos de um sistema de produção que possui em sua essência a utilização dos trabalhadores para a multiplicação dos ganhos capitalistas sem que haja contrapartida ou participação dos trabalhadores no capital gerado por eles mesmos.

II.1 - O Trabalho como Base do Capitalismo

A sociedade capitalista possui, para Marx, um modo de operação particular, notadamente no que diz respeito às relações de produção e à circulação de mercadorias. As relações de produção podem ser definidas, de acordo com Naves (2000), como relações socialmente determinadas, quando a classe trabalhadora vincula-se à capitalista pois uma possui a força de trabalho e a outra possui os meios de produção, e é essa relação entre as duas classes que permite que a força de trabalho seja realizada e, ao mesmo tempo, os objetivos pecuniários da classe capitalista de valorizar o seu capital sejam satisfeitos. As mercadorias, por sua vez, representam a forma básica na qual a riqueza se apresenta em uma sociedade capitalista.

Uma noção importante para Marx é a consideração do homem como, acima de tudo, um ser histórico e social. Ele se integra, portanto, aos processos do sistema em que vive e, assim, se transforma. Antes da vigência do capital nas sociedades, o homem possuía uma relação mais interligada com a natureza, era dela que ele adquiria os bens necessários para a sua subsistência; bem como possuía uma relação viva com sua própria natureza, se ocupava da forma e na medida em que quisesse. O trabalho, nesse cenário, ocorria por motivações instintivas do homem.

Por outro lado, quando a sociedade se desenvolve em forma e tamanho e o capital passa a dominar os processos produtivos, o homem se vê desconstituído de suas condições naturais de sobrevivência, inclusive das ferramentas e meios de produção necessários as suas atividades e, por isso, a essência de suas ocupações é modificada. O homem se encontra, agora, sob a forma de vendedor de sua força de trabalho e o trabalho, antes autônomo, passa a ser assalariado. Nas sociedades capitalistas, o trabalho humano é a forma de satisfazer necessidades que não são diretamente resolvidas pela natureza; mais especificamente, é a forma de atingir um resultado desejado, a saber, enriquecer as sociedades através da provisão de inúmeras mercadorias (Marx, 2013, p. 157).

Nesse sentido, o trabalho é a representação do processo de mediação entre o homem e a natureza e da evolução histórica do homem. O trabalho, portanto, é uma atividade do homem e de grande importância para ele mesmo:

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 2013, p. 167)

Pela definição de Marx, trabalho útil é aquele que fornece caráter útil (valor de uso) real e efetivo aos produtos cujo trabalho foi aplicado; o processo de trabalho, então, é uma atividade orientada ao fim de produzir valores de uso. Estes, por sua vez, podem ser descritos como a utilidade que está condicionada nas propriedades físicas de uma mercadoria, seja ela usada como meio de sobrevivência ou de produção (Marx, 2013, p. 157). Logo, os valores de uso são observáveis.

A importância do caráter útil nas mercadorias é que, na medida em que as pessoas comprem mercadorias que satisfazem suas necessidades, não pode haver venda ou valorização de capital ao se produzir mercadorias que sejam inúteis e, conseqüentemente, não vendáveis. Sendo assim, o processo de valorização está subordinado à realização de trabalho útil. Por isso, Naves (2000, p. 66) diz que o processo de trabalho é um meio para se atingir o fim último da classe capitalista: a valorização de seu capital.

Embora a valorização ocorra no processo de trabalho, é na esfera da circulação que o capital pode ser observado. Intuitivamente, percebe-se que é na troca que as mercadorias podem ser transformadas em dinheiro. Obter mais dinheiro com a venda de mercadorias é, de fato, o meio encontrado pela classe capitalista para aumentar o seu capital.

Contudo, dizer que a circulação de mercadorias é imprescindível à valorização do capital pode gerar um equívoco quanto à determinação dos fatos. Se o surgimento do mais-valor ocorresse pela circulação de bens, isso significa que, na sociedade capitalista, a classe produtora possui o poder necessário para vender suas mercadorias acima de seus valores reais ou os compradores possuem o poder de comprar mercadorias com preço inferior ao seu real valor. Isso não ocorre, uma vez que os valores não decorrem de escolhas subjetivas dos agentes, mas, sim, do processo social no qual está inserida a produção das próprias mercadorias (Marx, 2013, p. 305).

Assim, a circulação de mercadorias não é responsável pela criação de mais-valor; ela apenas torna tangível o valor no qual as mercadorias são vendidas. Se a criação de mais-valor não ocorre na esfera das trocas, ela ocorre, portanto, na esfera da produção.

As características do processo de produção capitalista que permitem o surgimento do mais-valor são, de acordo com Marx, a apropriação dos meios de produção pelos capitalistas e a exploração destes sobre o proletariado. Para o autor, a “*exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital*” (Marx, 2013, p. 458) e, nesse sentido, o mais-valor surge não apenas pelo trabalho normal realizado pelos homens assalariados mas, sobretudo, do esforço sobrepujante da classe trabalhadora, em especial, do mais-trabalho realizado por ela.

Recuperando a característica do trabalho em poder criar valor de uso, é possível entender como a classe capitalista se beneficia do trabalho humano:

“Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho.” (MARX, 2013, p. 312).

Sob o aspecto específico do trabalho excedente, no sistema capitalista, quando o homem trabalha para satisfazer necessidades de outras pessoas e não de si próprio, o trabalho do homem converte-se em trabalho desumanizante. Ao invés de se desenvolver, o trabalhador perde a essência humana que o acompanhou por tempos. Embora o trabalho seja vendido, em tese, de forma livre, ele não é realizado por livre vontade, visto que ninguém se sujeitaria ao processo penoso de trabalho caso pudesse escolher. O trabalho penoso ocorre, por um lado, porque o trabalhador compreende que o trabalho é a fonte de sua sobrevivência; por outro

lado, os capitalistas possuem ‘impulso absoluto de enriquecimento’ e, para absorverem o máximo de mais-valor, precisam beneficiar-se do trabalho humano.

A força de trabalho é, na sociedade capitalista, uma mercadoria; é uma propriedade dos homens que pode ser vendida no mercado. É pela venda que a força de trabalho pode ser útil aos trabalhadores e na venda, também, que o homem se coloca em uma situação obscura, especificamente em sua exploração nos processos produtivos.

No entanto, com base no que já foi afirmado, essa venda, por mais que possa ser considerada uma venda livre, ocorre basicamente de maneira forçada pois o trabalhador é obrigado pela necessidade a vender sua força de trabalho, visto que ele carece dos meios de produção necessários à aplicação de sua força de trabalho e de propriedade da qual possa derivar gratuitamente uma renda. A transformação da força de trabalho do homem em mercadoria apenas ocorre, portanto, no modo de produção capitalista. Essa transformação possui duas características:

“Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” (MARX, 2013, p. 314)

É nesse modo de produção que se forjam as formas sociais na qual interagem o proprietário e não proprietário: força de trabalho e capital. Dessas formas sociais derivam as remunerações, salário e lucro. O trabalhador é recompensado pela venda de sua mercadoria, o capitalista se apropria do valor integral do produto, já que já pagou o salário, remunerou a força de trabalho, segundo o seu valor de troca. Esse fato representa a alienação da força de trabalho pelo capital, isto é, a alienação formal dos valores de uso pela venda. Nesse sentido, o trabalho alienado constitui a condição básica para a existência do sistema capitalista.

II.2 - Exploração do Trabalho: Análises Históricas

A alienação do trabalho transforma os trabalhadores em mercadorias quaisquer para o capitalista, já que a alienação é a forma encontrada pelos capitalistas de valorizar seu dinheiro. Um sistema como esse, em que trabalhadores são comprados apenas pela utilidade de suas forças de trabalho, acaba por impedir a diferenciação entre trabalhadores, como

dotados de humanidade, e força de trabalho, pois o sistema capitalista trata os seres humanos como simples intermédio para que objetivos monetários sejam alcançados.

Visto que o movimento do surgimento de capital é contínuo, as classes trabalhadoras são usadas pelo sistema de produção de acordo com o ritmo desse movimento criador de valor. Nesse sentido, os trabalhadores podem ser contratados, vendidos ou até mesmo postos de lado. Esse fato, ao mesmo tempo que não exprime qualquer consideração moral sobre a desumanização das pessoas pela classe possuidora de capital, não significa, como destaca Marx (2013, p. 432), uma má vontade da classe capitalista para com os trabalhadores, representa apenas que, sobre o modo de produção capitalista, as condições de livre-concorrência forçam os capitalistas a agirem de tal forma.

Os resultados da desconsideração sobre a face humana dos trabalhadores são os piores no sistema capitalista. Nesse sistema, já que mais-valor só pode ser empreendido através de constante alienação do trabalho, a exploração dos trabalhadores possui grande magnitude, de forma que, por negligência da classe capitalista, a saúde física e mental dos trabalhadores é arruinada, bem como é encurtada a duração de suas vidas.

Outro aspecto relevante sobre a exploração do trabalho é que, de acordo com Marx, o trabalho excedente não é pago; é a parte excedente do trabalho que produz mais-valor. Entende-se por trabalho excedente o trabalho além do necessário para pagar os meios de subsistência do trabalhador. Uma vez que o valor pago pelo trabalho necessário diz respeito à subsistência dos trabalhadores ele é, portanto, uma grandeza dada enquanto se mantiver mais ou menos constante a produtividade na produção dos bens salário. A quantidade de esforço realizado pelos trabalhadores, no entanto, não é uma grandeza dada; ela pode ser aumentada ou intensificada de acordo com a vontade dos capitalistas, embora existam limites para a realização do trabalho, como limites físicos dos trabalhadores, que necessitam dormir, comer, se vestir; e limites legais, como a redução das jornadas de trabalho.

Sendo assim, as condições de vida dos trabalhadores são as piores possíveis. O sentido de exploração dos trabalhadores pode ser sintetizado, conclusivamente, pela lei básica da valorização do capital (Marx, 2013, p. 737):

$$\text{mais-valor} = \text{mais-trabalho} = \text{trabalho não pago}$$

Em *O Capital*, Marx destaca duas formas históricas que dizem respeito ao aumento do mais-valor: a forma absoluta da produção de mais-valor, isto é, o aumento da jornada de trabalho nos processos produtivos, que corresponde ao tempo de trabalho além do estabelecido oficialmente por contrato; e a forma relativa, expressa pela elevação da intensidade da exploração dos trabalhadores, em especial quando máquinas passam a ser utilizadas nos processos de produção.

II.2.1 - Ampliação da Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho, composta pelo trabalho necessário e pelo mais-trabalho, é variável. Sua duração total depende da extensão do mais-trabalho e, por isso, ela é ‘indeterminada’ (Marx, 2013, p. 390). No entanto, a jornada de trabalho deveria respeitar os limites máximos de sua extensão, que se devem à condição física e mental dos trabalhadores. Sabe-se que os trabalhadores precisam se alimentar, dormir, descansar etc.; eles também precisam satisfazer suas necessidades culturais e sociais. Isso não ocorre de maneira ótima porque é da natureza do capital estar constantemente se valorizando e, assim, pela utilização da força que cabe aos capitalistas, torna-se fácil eliminar os limites da jornada de trabalho em prol da expansão do mais-trabalho.

A história da humanidade pode ser descrita, de acordo com Marx, pela tentativa de impor o sobretrabalho gratuito aos homens para a obtenção de mais-valor. As primeiras demonstrações desse argumento feitas por Marx (2013, p. 395) são a escravidão e a corveia, uma forma encontrada pelas sociedades feudais de impor o trabalho sobre os homens simples sob a ideia de pagamento de tributo à classe dominante.

Na corveia, a separação entre trabalho necessário e mais-trabalho é mais nítida do que nas fábricas inglesas pois, quando o trabalho do homem é destinado à produção de mais-valor, ele o faz em um espaço diferente, a saber, no território dos soberanos. Em 1831, quando da promulgação do código da corveia, formulado pelos próprios soberanos, a corveia consistia, em teoria, em 14 dias por ano. Entretanto, devido as mais diversas razões, como dificuldade de trabalho e condições climáticas, a corveia consistia, na verdade, em 42 dias por ano. Não obstante, no código da corveia ainda estava incluído a realização de trabalho em ocasiões extraordinárias. O total de trabalho gratuito oficial era, então, 70 jornadas de trabalho por ano.

O mais-trabalho nas fábricas inglesas, por ser realizado no mesmo espaço, não é totalmente visível pelos trabalhadores e, por isso, a extensão ilimitada da jornada de trabalho provoca maus efeitos sobre eles. O impacto de uma jornada excessiva de trabalho passa a ameaçar a própria reprodução da classe trabalhadora, e conseqüentemente do sistema capitalista como um todo. É por isso que o Estado, ainda dominado pelos capitalistas, se insere nesse cenário para limitar as jornadas de trabalho, através das Factory Acts, de 1850. Essa lei é verificada pelos inspetores de fábrica. Um deles diz:

“O fabricante fraudulento inicia o trabalho ¼ de hora antes das 6 da manhã – às vezes antes, às vezes depois – e o termina ¼ de hora após as 6 da tarde – às vezes antes, às vezes depois. Ele subtrai 5 minutos tanto no início como no final da ½ hora nominalmente reservada ao café da manhã, e mais 10 minutos tanto no início como no final da hora destinada ao almoço. Aos sábados, ele trabalha até ¼ de hora depois das 2 da tarde – às vezes mais, às vezes menos. Desse modo, seu ganho é de [340 minutos por semana].” (Inspetor de fábrica. Em Marx, 2013, p. 400)

A jornada de trabalho, portanto, não apenas se expande no tempo, mas, também, são eliminadas interrupções nas atividades realizadas, como horários de almoço ou descanso. Esses abusos se tornam ainda mais exagerados, segundo Marx, quando ocorre com crianças e mulheres, devido a menor força de reação de ambos. De acordo com inspetores de fábricas, crianças menores de 10 anos são levadas ao trabalho antes do horário normal e são mantidas em suas atividades até a madrugada.

Marx (2013, p. 419) aponta que *“Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista.”* Seu argumento é ilustrado pelas jornadas de trabalho que, mesmo oficialmente estabelecidas em 12 horas por dia, muitas vezes chegam a 14, 18 e até 20 horas em determinados setores. Por isso, elas são, para Marx, cruéis e inacreditáveis. De fato, tendo em vista os perniciosos desdobramentos do incomensurável esforço dos trabalhadores, entre os quais é possível destacar o envelhecimento prematuro e a morte por doenças ou cansaço, pode-se reconhecer que expandir desmedidamente a jornada de trabalho é uma atitude ‘fria e calculista’.

De acordo com Marx, os abusos numerosos fizeram que *“o capital fosse submetido aos grilhões da regulação legal.”* (MARX, 2013, p. 404). Os trabalhadores ingleses, mesmo aturdidos em suas ocupações, resistiram aos maus-tratos da classe capitalista e, assim, desde 1833 diversas leis fabris foram promulgadas. Nas leis fabris de 1833, 1844 e 1847 a jornada normal de trabalho foi estabelecida, porém com muita resistência da classe capitalista.

Marx (2013, p. 446) esclarece que as legislações resultaram do movimento lento e natural do modo de produção capitalista, a luta de classes, posto que, enquanto o desejo da classe capitalista era extrair o máximo de proveito da força de trabalho alheia, ao trabalhador comum cabia apenas se sujeitar ao sistema exploratório de produção, pois esta era a sua forma de sobreviver. Contraditoriamente, a sobrevivência dos trabalhadores era posta à prova no momento em que suas forças de trabalho se tornavam propriedade do capital.

A imposição legal de uma jornada normal de trabalho não elimina o problema da exploração dos trabalhadores, embora limite quantitativamente a extensão desta jornada, e nesse sentido, medie a relação capital-trabalho, tornando-a a princípio menos destrutiva. Mas tão logo essa modificação se impõe, a exploração muda de forma e se intensifica na medida em que os trabalhadores dividem o seu espaço de produção com um novo tipo de ferramenta de trabalho: as máquinas.

II.2.2 - Ampliação da Produtividade do Trabalho pela Utilização de Máquinas

As máquinas passam a ser utilizadas nos processos produtivos porque permitem a realização de mais-trabalho em tempo menor, e isso possibilita a ampliação da valorização do capital, objetivo último da classe capitalista. Em nenhum momento, esclarece Marx (2013, p. 548), as máquinas são utilizadas para minimizar os esforços dos trabalhadores ou para diminuir o tempo de suas jornadas de trabalho. Na verdade, com sua introdução, as máquinas são uma forma de intensificar o trabalho das pessoas e extrair delas uma quantidade ainda maior de mais-trabalho, isto é, trabalho não remunerado e, principalmente, penoso. O salário dos trabalhadores se mantém, mas seu esforço e sua produção aumentam:

“Em geral, o método de produção do mais-valor relativo consiste em fazer com que o trabalhador, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, seja capaz de produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, embora esse valor de troca inalterado se incorpore agora em mais valores de uso [...]”
(MARX, 2013, p. 592)

Sob o ponto de vista do capital, as principais características da máquina não se diferem tanto das características do trabalho humano; ambos são, basicamente, um meio de produção. Para o trabalhador, no entanto, há uma ampla diferença, embora ele muitas vezes não a perceba. Enquanto nas manufaturas o homem tinha controle sobre o seu trabalho, posto que tinha contato com o produto do seu próprio trabalho, se reconhecia nele e se estimulava em

sua produção, na grande indústria o trabalhador é apenas um transmissor de movimentos mecânicos, trabalho antes realizado por animais. É nesse sentido que, mais uma vez, Marx ressalta a capacidade do capital em desumanizar os trabalhadores, transformando-os em máquinas (Marx, 2013, p. 585).

Embora a máquina ganhe centralidade no processo produtivo e o trabalhador atue como um auxiliar, o trabalho humano continua a ser fonte de mais-valor. A máquina não cria valor, ela transfere o valor do trabalho humano para os produtos. Além disso, pela sua capacidade de aumentar a produtividade do trabalho, ela multiplica trabalho humano, dado que produz em determinado tempo o que um trabalhador produziria em um tempo muito maior. Logo, a máquina foi uma resposta eficiente para a classe capitalista na manutenção e no aumento da produção de mercadorias quando esta foi desafiada pelas regulações das jornadas de trabalho pelas leis fabris inglesas. No entanto, em vez de a exploração dos trabalhadores ter sido reduzida pela introdução das máquinas, esta tomou novas e maiores proporções.

A primeira delas, ressalta Marx (2013, p. 575), foi a inclusão do trabalho feminino e infantil na operação das máquinas, submetendo a família inteira ao trabalho assalariado. A segunda foi, contraditoriamente, a expansão das jornadas de trabalho, uma forma de compensar a redução no número de trabalhadores explorados através do aumento de mais-valor absoluto (Marx, 2013, p. 548). A terceira foi a intensificação do trabalho, pelo aumento da velocidade das operações dos trabalhadores com o propósito de aumento de mais-valor relativo (Marx, 2013, p. 591). Os resultados, é claro, foram perniciosos:

“Na maioria das fábricas de algodão, de worsted e de seda, o extenuante estado de agitação necessário para o trabalho na maquinaria, cujo movimento nos últimos anos foi acelerado de modo tão extraordinário, parece ser uma das causas do excesso de mortalidade por doenças pulmonares, fato que o dr. Greenhow comprovou em seu mais recente e tão admirável relatório.” (MARX, 2013, P. 601)

O aumento da produtividade é consequência da utilização das máquinas e, também, da divisão do trabalho. Na grande indústria, onde a utilização de máquinas está quase sempre acompanhada por um alto grau de divisão do trabalho, dado que as máquinas operam funções muitas vezes específicas, o trabalho das pessoas, em vez de desenvolver-se criativa e intelectualmente, torna-se simplificado. Logo, o efeito da máquina e da divisão do trabalho sobre os trabalhadores é o de impossibilitar o amplo desenvolvimento de suas forças de

trabalho, de forma que o trabalhador fique refém da máquina na qual opera e também do capital (Marx, 2013, p. 606).

Isto posto, é característica pertinente ao modo de produção capitalista a existência de uma reserva de trabalhadores dependentes das vontades do capital.

II.3 - O Exército Industrial de Reserva

Os movimentos do capital, isto é, sua redução ou ampliação, estão diretamente associados ao nível de capital destinado à compra de força de trabalho. A acumulação de capital representa, nesse sentido, aumento da demanda de trabalho, de modo que, para Marx, o consumo de trabalhadores produtivos determina o processo ininterrupto de valorização do capital da classe capitalista:

“A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.” (MARX, 2013, p. 837, grifo meu)

Para que a valorização do capital seja ampliada, é necessário que a classe capitalista faça a conversão de mais pessoas em simples força de trabalho adicional. A partir do momento em que os trabalhadores são considerados apenas força de trabalho, torna-se possível que o sistema produtivo seja mantido em pleno funcionamento pois, em face à necessidade de sobrevivência dos trabalhadores, estes se subordinam ao trabalho doloroso de enriquecimento capitalista. Nesse sentido, Marx destaca que a exploração do trabalho não cresce apenas em intensidade, mas também em termos absolutos quando cresce a população subordinada ao capital.

O centro da questão sobre a subordinação dos trabalhadores ao capital, para Marx, é a perpetuação da dependência dos trabalhadores aos capitalistas, uma vez que estes forçam o proletariado a trabalhar e sobreviver sob péssimas condições de desenvolvimento. Não obstante, os capitalistas também afastam os trabalhadores do seu trabalho em consequência dos movimentos do capital, quando outras formas mais aperfeiçoadas de produção se desenvolvem.

Retomando a possibilidade de acumulação de capital pela utilização de máquinas e pelo aumento da divisão do trabalho, que geram aumento da produtividade, é possível perceber que o crescimento da compra de trabalho pelos capitalistas não acompanha proporcionalmente o avanço da acumulação. Como Marx (2013, p. 856) diz, a parte do capital dedicada à compra de trabalho decresce proporcionalmente à ampliação do capital, de forma que a indústria não consegue absorver todos os trabalhadores disponíveis.

Em um primeiro momento, a classe capitalista transforma todos os trabalhadores em força de trabalho e a usa exploratoriamente a seu favor; em um segundo momento, como consequência do próprio processo de valorização do capital, a classe capitalista encontra formas mais baratas de produção e produz, assim, uma classe de trabalhadores excedentes e dispensáveis.

Cria-se, assim, uma classe de trabalhadores excedentes e dispensáveis. Esse duplo movimento, absorção e repulsão de trabalhadores, é característico ao modo capitalista de produção, assim como a manutenção permanente de um contingente de trabalhadores desempregados, contingente este que hora se expande, hora decresce em consonância como ciclo econômico.

Portanto, os movimentos da acumulação de capital, bem como suas flutuações, crises e evoluções técnicas, são acompanhados da repulsão de trabalhadores que antes possuíam emprego. Isso é o resultado do enriquecimento da classe capitalista, cuja fonte original era o trabalho humano produtivo: *“Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária.”* (MARX, 2013, p. 858)

Sob o ponto de vista capitalista, a população de trabalhadores desempregados não representa um fato negativo; pelo contrário, o trabalhador está pronto para ser incluído e usado no sistema assim que a classe capitalista desejar, para que a escala produtiva não seja interrompida. Ademais, é esta população supranumerária que mantém baixo o poder de barganha da classe trabalhadora e a obriga a aceitar as piores condições possíveis, pelo simples fato de que se o trabalhador não aceita o trabalho precário, haverão muitos outros prontos para substituí-lo. Portanto, para Marx, a indústria moderna funciona com a criação de uma grande massa de trabalhadores disponíveis, independente do obstáculo do crescimento

natural da população, e esta massa é funcional e até certo ponto necessária para o funcionamento do capitalismo. (Marx, 2013, p. 862).

O exército industrial de reserva é, então, um produto e uma condição da acumulação de capital. Os donos do capital possuem a capacidade de manipular a força de trabalho da forma que mais lhe convém, notadamente a partir das relações básicas de propriedade dos meios de produção que lhe permitem a exploração da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, a exploração é a fonte básica que permite aos capitalistas ampliarem seu capital a partir de trabalho adicional, sem que seja necessário a contratação de trabalho. Logo, a exploração do proletariado constitui a essência do modo capitalista de produção.

Pelas informações apresentadas por Marx, verifica-se que o modo de produção capitalista possui a capacidade de agir tão negativamente sobre a vida das famílias, uma vez que a reprodução social se torna árdua para a classe trabalhadora, que a sobrevivência do próprio sistema capitalista é colocada em risco e o Estado é chamado a dar respostas aos desdobramentos desse sistema.

Diferentemente de visões positivas sobre o funcionamento automático das sociedades, Marx argumenta claramente contra as características do sistema capitalista, que tem como base o trabalho de um para bem-estar do outro e, nesse sentido, esse sistema apresenta-se sob a forma de um antagonismo entre o trabalho e o capital, em que este aliena de forma exploratória a utilidade da força de trabalho daquele. Ainda que se reinvente e diminua a necessidade de incorporar trabalho humano em seus processos produtivos, o sistema capitalista falha mais uma vez, a saber, produzindo um grande contingente de trabalhadores desempregados e desqualificados, fato não previsto por Adam Smith.

CAPÍTULO III - A ANTROPOLOGIA ECONÔMICA DE KARL POLANYI

Polanyi critica a formulação liberal de que os mercados autorregulados desenvolveram-se naturalmente e se tornaram a instituição ideal para o alcance do bem das sociedades e da ordem mundial. Nessa lógica, o argumento central de Polanyi consiste em demonstrar as limitações e implicações de um sistema que tenta constantemente separar a economia da sociedade, de forma que os processos econômicos se tornem mais relevantes que os sociais.

Assim, este capítulo busca entender a ideia polanyiana de que os mercados autorregulados representam uma ‘rematada utopia’, ou seja, a ideia de que nenhum sistema social poderia existir, para o bem das sociedades, dependendo exclusivamente de uma regulação automática.

III.1 - O Mito Liberal

Em *A Grande Transformação*, alguns aspectos referentes à história das civilizações evidenciados por Polanyi são a organização das sociedades pelo sistema de mercado apenas no século XIX e, também, a falácia nas considerações liberais sobre o surgimento natural dos mercados. O primeiro aspecto evidenciado pelo autor diz respeito à própria natureza das sociedades organizadas por mercados, em que nelas a economia do homem não está enraizada em suas relações sociais, mas encontra-se fora e acima de suas relações sociais; e o segundo aspecto trata da formação dos mercados que, de acordo com Polanyi, não ocorreu de forma natural; foi, na verdade, produção do Estado.

Os pontos centrais tratados nesta seção são, portanto, a existência de outras formas de organização da sociedade que não por mercados até meados do século XVIII e, também, a demonstração de que os mercados não se desenvolveram naturalmente.

III.1.1 - Evidências Históricas sobre o Sistema de Mercado

O pleno estabelecimento dos mercados autorreguláveis é atribuído ao século XIX, decorrência da transição da sociedade mercantilista comercial para a sociedade de mercado ao longo da Revolução Industrial Inglesa. Nesta revolução houve grande progresso nos instrumentos de produção, acompanhado de uma profunda transformação na sociedade: o julgamento dos fenômenos sociais a partir de um ponto de vista econômico. Por esse ângulo, a Revolução Industrial representa a alteração da civilização rumo ao capitalismo moderno.

Esse julgamento econômico da vida humana, nunca antes observado na historiografia social, tinha a ‘fé cega’ no progresso econômico e social espontâneo da sociedade, mas desconsiderava os efeitos perturbadores sobre as pessoas mais comuns, tais como a desarticulação social e a transformação dos homens em massa (Polanyi, 2012, p. 35). Contudo, Polanyi não caracteriza a transformação da civilização pela Revolução Industrial pelos seus elementos subversivos sobre as mercadorias fictícias, mas, sim, pelo surgimento de uma nova instituição. Parafraseando Polanyi (2012, p. 43), *“Imaginamos que todos esses elementos [subversivos] foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado [...]”*.

Polanyi (2012, p. 73) descreve a economia de mercado como *“um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”*, ou seja, é um sistema que ordena a vida econômica em sua totalidade, sem recorrer ao auxílio ou interferência externa para o seu funcionamento. Nesse sentido, a autorregulação é o pressuposto básico de uma economia de mercado e seus princípios articuladores são a competição e o liberalismo econômico, comumente chamado de *laissez-faire*.

Portanto, é no século XIX que ocorre uma grande mudança de paradigmas sociais, isto é, o estabelecimento da economia de mercado. A crítica de Polanyi em AGT se concentra no impacto do surgimento da economia de mercado na sociedade comercial e, dessa forma, o objetivo central de Polanyi não é explicitar as razões que levaram ao surgimento das economias de mercado, embora ele apresente duas razões principais (Wood, 2002, pp. 24-25).

A primeira razão apontada por Wood (2002) é a relevância dada por Polanyi ao progresso tecnológico da Revolução Industrial. Para Polanyi, após a invenção das máquinas

complexas surge a ideia de um mercado autorregulado pois, na medida em que as máquinas são ‘dispendiosas’, elas só propiciam retorno econômico quando produzem em grande escala, ou seja, quando a produção não é interrompida pela falta de fatores produtivos. Conclui-se logicamente que, para os fatores estarem sempre disponíveis para a produção, “*eles têm de estar à venda*” (POLANYI, 2012, p. 43).

A segunda razão é a crença no progresso econômico decorrente de um sistema de mercado livre. Apoiado em uma “*fé emocional na espontaneidade*” (POLANYI, 2012, p. 36), os indivíduos esperam obter máximo de benefícios monetários. Essa foi a posição, inclusive, de Adam Smith.

Uma economia de mercado não representa apenas a entidade do mercado, lugar de encontro para a finalidade da compra e venda e responsável pela organização e reprodução da vida econômica; representa, na verdade, o papel dominante dos mercados na economia humana, isto é, o controle do sistema econômico pelo mercado, de forma que ele funcione separadamente à economia seguindo suas próprias regras.

Diz Polanyi que em uma economia de mercado, “*em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.*” (POLANYI, 2012, p. 60). Nesse ponto, é interessante distinguir as ideias de economia de mercado e economia com mercados, com a contribuição de Wood (2002, p. 21): em uma economia de mercado as relações não econômicas, sejam elas sociais, políticas, religiosas ou familiares, são definidas e controladas pelas relações e motivações econômicas, sob a ótica da competição; nas economias com mercado, por sua vez, as relações econômicas estavam embutidas nas relações não econômicas. Além disso, os motivos das atividades econômicas dessas economias com mercados não consistiam no desejo ao lucro e ganho material, mas, sim, em objetivos de subsistência, de forma que os mercados e o desejo de lucro em sociedades pré-capitalistas ocuparam um lugar secundário. Nesse sentido, AGT é eficiente na demonstração das diferenças institucionais entre sociedades em que predominam mercados sobre a vida das pessoas e sociedades que se sustentavam sem que a reprodução social fosse ancorada nos mercados.

Historicamente, apesar da instituição do mercado marcar presença em diversas civilizações desde a ‘Idade da Pedra’, seu papel na vida econômica era apenas casual e

secundário, dado que tal instituição não controlava a economia humana. Por isso Polanyi afirma que, anteriormente ao século XVIII, “*nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados*” (POLANYI, 2012, p. 44).

Adam Smith é diretamente desafiado por Polanyi quanto à sugestão de Smith sobre o surgimento da divisão do trabalho devido à propensão natural do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra, fato diretamente relacionado à existência de uma sociedade comercial. Polanyi diz que “*nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro*” (POLANYI, 2012, p. 46), em referência ao fato de que, até o tempo de Smith, essa motivação econômica não havia se manifestado nas civilizações e, caso tenha aparecido em algum momento, foi totalmente subordinada às relações não-econômicas. A tese de Smith estaria correta caso tivesse sido aplicada cem anos depois, isto é, no século XIX, quando do pleno funcionamento de um sistema industrial na maioria dos países.

Polanyi (2012) indica que o expoente dos mercados - a divisão do trabalho - presente desde sempre nas sociedades, era o resultado de fatos não econômicos, como sexo, geografia e capacidades individuais. Assim, a economia de mercado fundada na psicologia econômica exposta por Smith tratava-se de uma ‘falsidade’, visto que as sociedades do tempo do economista não estabeleciam as relações econômicas e sociais de seus indivíduos na propensão à troca.

É importante ressaltar um ponto de tensão²² no argumento de Polanyi, pois enquanto ele atribui ao século XIX o ‘ápice’ da economia de mercado marcada pela propensão à troca como sentimento motivador dos homens, ele admite que essa propensão pode ter existido anteriormente e contribuído ao próprio surgimento de uma economia regulada por mercado. Por essa lógica, embora interessante, o argumento do autor parece não ser bem definido, já que características definidoras de uma economia de mercado podem ter existido antes mesmo de seu surgimento.

²² Como muito bem observado por Halperin (1988, p. 30), Polanyi tendia a ser inconsistente em várias definições importantes, muitas vezes entrou em contradição. Além disso, Halperin (1988) destaca o fato de que, quanto mais elaboras as ideias de Polanyi, mais a sua escrita se tornava abstrata. Essas características, para a autora, tornam a leitura de Polanyi “extremamente difícil, e mais difícil ainda para entender” (HALPERIN, 1988, p. 31).

A tese de Polanyi é que, até meados do século XVIII, não havia uma economia regulada por mercados em que o homem possui uma psicologia capitalista e as ocupações econômicas são definidas pela busca ao lucro. Portanto, para o autor, os mercados da época de Smith não tratavam a sociedade como seu simples acessório; os mercados eram acessórios.

O próximo passo lógico de Polanyi é apresentar a psicologia do homem das sociedades pré-comerciais. Wood (2002) valida, com inspiração no trabalho de outros antropólogos, a tese de Polanyi sobre o interesse econômico dos indivíduos históricos não ser definido pela acumulação material. Nessa linha argumentativa, as sociedades históricas não serviam-se de princípios competitivos para o seu funcionamento, pois verificava-se:

“[...] a ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas. Mas, então, como se garante a ordem na produção e na distribuição?”
(POLANYI, 2012, p. 50)

Os princípios de comportamento individual que garantem a ordem econômica são apresentados por Polanyi (2012, p. 50) através de uma analogia a uma sociedade selvagem. São três princípios: a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade.

O princípio da reciprocidade atua em relação à família e diz respeito aos atos de virtude cívica do homem, que produz em favor da subsistência de seus parentes (Polanyi, 2012, p. 50). A reciprocidade representa também a integração econômica da sociedade, onde há trocas entre indivíduos que podem receber e entregar bens e serviços sob a forma de contrapartida.

O princípio da redistribuição atua em relação à sociedade e refere-se à entrega de parte substancial da produção para o chefe da comunidade, que a armazena e a redistribui. A produção pode ser distribuída ou reciprocada com outras sociedades vizinhas, mas não há objetivo de acúmulo material. Pode haver, então, trocas, mas o esforço coletivo é focado na partilha da produção (Polanyi, 2012, p. 51).

O princípio da domesticidade especificado por Polanyi (2012, p. 56) como de grande importância histórica, porém posterior aos dois outros, é definido como a produção para uso próprio ou para o seu grupo. A diferença da domesticidade para com os dois anteriores é sutil;

o grupo do indivíduo não se resume à família, não possui uma organização interna hierarquizada nem elimina a produção voltada também para o mercado.

A existência de dinheiro ou de mercados nas sociedades pré-capitalistas não representa um problema na tese de Polanyi sobre a produção não ser voltada para o comércio pois, de acordo com Polanyi, na medida em que mercados e dinheiro fossem apenas acessórios da sociedade, os princípios pautados por ele ainda seriam válidos. Polanyi reconhece, em referência ao trabalho de Thurnwald, que *“o simples fato de uma tribo usar dinheiro diferencia-se muito pouco, do ponto de vista econômico, de quaisquer outras tribos do mesmo nível cultural que não o utilizam”*. (THURNWALD 1932 apud POLANYI, 2012, p.61)

A partir do exemplo das sociedades selvagens e também de sociedades existentes até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, Polanyi oferece uma contribuição importante na visualização de outros padrões institucionais, que não o mercado, existiram e foram suficientes na regulação das sociedades. Wood (2002) confirma essa ideia:

*“Qualquer historiador ou antropólogo econômico competente é obrigado a reconhecer os vários princípios de comportamento econômico distantes do mercado que não operam em tais sociedades [pré-capitalistas], desde as civilizações mais “primitivas” e as mais elaboradas, estratificadas e exploratórias ‘altas’.”*²³
(WOOD, 2002, p. 23)

Mercados existiram em grande número a partir do século XVI, mas em posição secundária na economia humana. Por isso Polanyi aponta que os mercados autorregulados não definiram a sociedade até o advento da economia de mercado, que teve seu auge no século XIX.

III.1.2 - O Surgimento dos Mercados

Um prosseguimento razoável na análise da transformação social resultada da Revolução Industrial constitui-se de dois passos. Primeiro, é preciso entender como ocorreu o estabelecimento e a ampliação dos mercados na sociedade; em seguida, será necessário explorar a desarticulação social e as medidas protecionistas adotadas pelos estadistas.

²³ Tradução minha de: *“Any competent economic historian or anthropologist is bound to acknowledge the various non-market principles of economic behaviour that operated in such societies, from the most ‘primitive’ and egalitarian to the most elaborate, stratified, and exploitative ‘high’ civilizations.”*

Polanyi afirma que a existência de mercados é um fenômeno observável desde a ‘Idade da Pedra’. É importante retomar a ideia de que esse fenômeno não é decorrente do princípio de comportamento econômico da propensão individual à permuta ou da compra e venda, pois Polanyi considera que “*permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação.*” (POLANYI, 2012, p. 59). O significado econômico desse fato é que, sem o padrão de mercado, isto é, a instauração de mercados desenvolvidos na sociedade, o princípio da permuta não pode atingir o seu propósito de produzir preços. Assim, é o padrão de mercado que possibilita a criação de uma instituição superior à sociedade, a saber, a economia de mercado.

Logo, Polanyi (2012, p. 62) conclui que o estabelecimento dos mercados não ocorreu naturalmente devido à propensão do indivíduo à permuta que conduziu à divisão do trabalho e, posteriormente, à criação de mercados locais, internos e externos. Na verdade, o autor inverte a sequência do argumento e apresenta o comércio de longas distâncias como o ponto de partida da criação dos mercados.

O comércio exterior não envolvia, necessariamente, a existência de mercados. Polanyi salienta que, no início, “*o comércio exterior sempre esteve mais ligado à aventura, exploração, caça, pirataria e guerra [...]*” (POLANYI, 2012, p. 63), de forma que esse tipo de comércio não baseava-se na permuta ou em outros princípios competitivos, mas, sim, em princípios de reciprocidade e complementaridade. Os mercados representam uma evolução posterior na organização do comércio externo. Polanyi, no entanto, não apresenta os fatores responsáveis por esta evolução.

A diferença entre mercados externos, internos e locais não resumem-se aos seus tamanhos; origem e função também são distintas. Os mercados externos e locais dizem respeito à distância geográfica e são descritos como complementares. No primeiro, são transacionadas mercadorias não existentes dentro dos limites de uma região, como é o caso da troca de lãs inglesas por vinhos portugueses; no segundo, mercadorias são transacionadas dentro de uma região. Por sua vez, mercados internos são desenvolvimentos posteriores, devido à resistência de comerciantes locais e cidades autônomas na Europa (Wood, 2002). Os mercados internos são os únicos a serem conduzidos por princípios competitivos devido as

transações não serem essencialmente de mercadorias complementares, mas, também, de mercadorias similares.

Assumir que os mercados internos desenvolveram-se a partir de trocas locais é, para Polanyi, um desacerto:

“Atos individuais de permuta ou troca - esta é a verdade - não levam, como regra, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico. Tais atos são comuns em quase todos os tipos de sociedades primitivas, porém são considerados incidentais uma vez que não preenchem as necessidades da vida. Nos amplos sistemas antigos de redistribuição, os atos de permuta e os mercados locais eram uma constante, porém apenas em caráter subordinado.” (POLANYI, 2012, p. 64)

O desacerto reside nos seguintes fatos: primeiro, o caráter da troca era secundário em sociedades pré-comerciais; e segundo, em um movimento contraposto ao desenvolvimento dos mercados locais, um conjunto de práticas foi adotado pelas cidades para resguardar o sistema econômico vigente. A ação do Estado, a partir do século XV, é evidenciada por Polanyi como a causa do surgimento de mercados internos integrados.

A intervenção estatal torna-se importe, no princípio, pela eliminação dos riscos ao sistema econômico, a saber, a competição e o monopólio. Através de meios protecionistas o Estado assentou o sistema mercantil na sociedade e, nessa perspectiva, *“o sistema mercantil foi, na verdade, uma resposta a vários desafios”* (POLANYI, 2012, p. 69). O mercado interno, possuidor de características competitivas, se via mais frequentemente composto por medidas regulatórias. É fato relevante que a regulação do Estado tinha intuito de preservar o funcionamento dos mercados, na circunstância competitiva, ou seja, para o mercado tornar-se livre, primeiro era necessário emancipar o comércio de interesses particulares.

A criação dos mercados autorregulados, por sua vez, ocorreu principalmente devido aos resultados perversos da ampliação da organização dos mercados em direção às sociedades. De acordo com Polanyi (2012, p. 82) *“A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo.”* A ação do Estado constitui, portanto, a força minimizadora dos problemas gerados por um sistema de mercado, principalmente em relação ao homem, à terra e ao dinheiro.

III.2 - As Mercadorias Fictícias

No sistema de mercado autorregulável revelado no século XIX toda a produção é voltada para a venda no mercado, de forma que as rendas só podem ser derivadas das vendas. Mercados, por sua vez, existem para todos os tipos de produtos e serviços, até mesmo para o trabalho, a terra e o dinheiro. Entretanto, conforme Polanyi:

“[...] o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem em todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.” (POLANYI, 2012, p. 77)

As mercadorias fictícias recebem essa denominação pois não se tratam de objetos produzidos para venda em mercados, e nem o podem ser. Não são, portanto, mercadorias, mas a subordinação do homem, da natureza e do dinheiro ao mecanismo de preços que coordena a oferta e procura demonstra suas enganosas transformações em commodities.

O homem, a terra e o dinheiro citados são *“elementos essenciais da indústria”* (POLANYI, 2012, p. 78) e, para que possam estar sempre disponíveis e contribuir para a manutenção do sistema de mercado sem terem sua utilidade aniquilada nem comprometerem o funcionamento do sistema industrial, eles tinham de ser organizados em mercados.

Quando os elementos essenciais são colocados à venda no mercado por exigência do sistema industrial, desaparece o aspecto social da vida humana, isto é, apenas o aspecto econômico é evidenciado. Para Polanyi (2012, p. 81) *“[...] em regra, o progresso é feito à custa da desarticulação social. Se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade pode sucumbir ao progresso.”* Sobre esse ponto, a contribuição de Wood é útil:

*“Tão perturbador foi o sistema de mercados auto-reguladores, Polanyi insiste, não só nas relações sociais, mas também na psique humana, tão terríveis foram seus efeitos nas vidas humanas, que a história de sua implantação teve que ser ao mesmo tempo a história de proteção contra seus estragos.”*²⁴ (WOOD, 2002, p. 23)

Nesse momento histórico, quando da criação pelo Estado dos mercados autorregulados de trabalho, terra e capital, a aniquilação total da sociedade é evitada através de *“alguns contramovimentos protetores [...]”* (POLANYI, 2012, p. 82). Seguindo a ordem utilizada pelo

²⁴ Tradução minha de: *“So disruptive was the system of self-regulating markets, Polanyi insists, not only to social relations but also to the human psyche, so awful were its effects on human lives, that the history of its implantation had to be at the same time the history of protection from its ravages.”*

autor, serão apresentadas as respostas, sob a forma de mercados de trabalho, de terra e de capital, às cobranças da sociedade comercial.

III.2.1 - O Mercado de Trabalho

O trabalho é o nome da atividade humana organizada. A força do trabalho é o homem e o rendimento do trabalho é o salário (Polanyi, 2012, p. 74). A utilização da força de trabalho apresenta riscos quando deixada nas mãos de mercados, tais como o prejuízo às características do indivíduo humano, a saber, sua entidade física, psicológica e moral. Sem a proteção dos homens pelo Estado, os indivíduos podem perder as suas capacidades produtivas.

Mesmo consciente da necessidade de um mercado de trabalho organizado no novo sistema industrial, a sociedade inglesa do século XVIII somente estabeleceu o sistema no qual o trabalho poderia ser livremente negociado após o fim da primeira lei dos pobres, a *Speenhamland Law*, em 1834, quando “*a ausência de um mercado de trabalho provou ser um mal ainda maior para o próprio povo comum do que as calamidades que acompanhariam a sua introdução.*” (POLANYI, 2012, p. 83). Polanyi aponta que, sob o aspecto econômico, para capitalistas e trabalhadores, a adoção do mercado de trabalho foi positiva, a despeito da destruição social provocada por ele.

A *Speenhamland Law* foi proposta em 1795, na cidade inglesa de Speenhamland. Constituíam-se, em tese, de um sistema de abonos em adiantamento aos salários que assegurava uma renda mínima aos pobres caso seus salários fossem inferiores à renda familiar estabelecida por tabela. Seu sistema adotava como referência assistencialista o preço do quilo do pão e, embora nunca tenha sido decretada, a tabela Speenhamland era uma lei. Os maus resultados dessa lei foram a queda do salário e produtividade em níveis muito baixos, de forma que os trabalhadores preferiram a assistência ao salário; e além disso, a gradual pauperização dos trabalhadores do campo.

Polanyi afirma que o estabelecimento de um mercado de trabalho decorreu da transição entre a *Speenhamland Law* e a economia de mercado. Na *Speenhamland*, os trabalhadores foram impedidos de encontrar trabalho devido aos baixos salários decorrentes das políticas assistencialistas, resultando em empobrecimento das massas, mas na economia

de mercado, diz Polanyi, os efeitos perniciosos do mercado de trabalho sobre os homens foram ainda mais graves:

“Se a Speenhamland impedira a emergência de uma classe trabalhadora, agora os trabalhadores pobres estavam sendo formados nessa classe pela pressão de um mecanismo insensível. Se durante a vigência da Speenhamland cuidava-se do povo como de animais não muito preciosos, agora esperava-se que ele se cuidasse sozinho, com todas as desvantagens contra ele.” (POLANYI, 2012, p. 90)

Os resultados perniciosos do mercado de trabalho foram, sobretudo, o empobrecimento e o desemprego. Polanyi (2012, p. 84) indica que medidas protetoras da sociedade, como leis fabris e uma legislação social, apareceram após o estabelecimento do mercado de trabalho.

A organização das classes trabalhadoras, parte do sistema de proteção aos indivíduos, foi realidade apenas na década de 1870 e, nesse sentido, é interessante o fato mencionado por Polanyi (2012, p. 187) de que os próprios trabalhadores não representavam fatores decisivos relevantes na transição para uma economia de mercado, visto que nem sabiam o que dizer sobre suas próprias vidas. Por isso, os rumos da história social inglesa foram definidos por outras partes.

III.2.2 - O Mercado de Terras

O mercado de terras constitui-se na mercantilização da natureza, isto é, do ambiente em que vive o homem e suas instituições. Pelo uso da terra são pagos aluguéis, que constituem a renda de seus proprietários. Polanyi (2012, p. 199) afirma que isolar a natureza e constituir com ela um mercado *“foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais.”*

A função da terra não é puramente econômica; sua relação com a vida humana é forte porque a natureza e as instituições do homem estão, nas palavras de Polanyi, entrelaçadas. Para o funcionamento da economia de mercado, foi necessário, *“no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário [...]”* (POLANYI, 2012, p. 199). Dessa forma, é estabelecido, sobre a natureza, o mecanismo de preços.

Esse estabelecimento foi, logicamente, gradual; ocorreu em resposta a desafios históricos, como a necessidade de separação das terras, caso dos cercamentos na dinastia Tudor no século XVI e, também, a necessidade de espaço produtivo e habitacional, já no nascimento do capitalismo industrial no século XVIII.

Polanyi (2012, p. 200) especifica em três etapas a transição que resultou na mercantilização da natureza: a comercialização do solo, eliminando o sequestro feudal das terras; a ampliação da produção de alimentos e matérias-primas orgânicas, a fim de disponibilizar materiais para a crescente demanda industrial; e, finalmente, o prolongamento do sistema produtivo às colônias.

O crescimento da produção da terra possibilitou, segundo Polanyi, o livre comércio, dado que a mobilidade dos bens era a forma de minimizar as diferenças geográficas entre as regiões, primeiro em escala nacional e, mais tarde, internacional. Polanyi (2012, p. 202) ressalta que a interdependência planetária foi uma das consequências da produção em grande escala nos países europeus.

Diferentemente do mercado de trabalho, no da terra a legislação comum não tinha papel relevante na sua coletivização. Na verdade, durante os séculos XVI e XVII, as leis promoviam mais o individualismo e a utilização dos territórios para o bem pessoal, segundo Polanyi (2012, p. 203): *“Infelizes irlandeses e favelados londrinos eram salvos do guante das leis de mercado através de atos legislativos destinados a proteger suas habitações contra o monstro - o progresso.”* Assim, os Estados europeus organizados se protegiam dos efeitos do livre comércio; as colônias, entretanto, não possuíam organização política para se protegerem.

Polanyi (2012, p. 206) aponta que o movimento relacionado à mobilização das terras pode ser dividido entre duas forças: a do liberalismo e a das reações políticas. Ele diz isso pois percebe-se, de um lado, a cobrança pela mobilização das terras pelas classes comerciais e, do outro, a restrição dos efeitos negativos dessa mobilização, como aspectos relacionados à integridade do solo e de seus recursos:

“[...] o vigor e a perseverança da população, a abundância de alimentos, a quantidade e o caráter dos materiais de defesa, até mesmo o clima do país, que podia sofrer com o desnudamento das florestas, as erosões e as dunas, tudo aquilo que, em última análise, depende do fator terra, embora nenhuma das quais responda ao mecanismo de oferta e procura do mercado.” (POLANYI, 2012, p.205)

Resta a uma força fora do sistema de mercado - o governo político - a defesa das necessidades da vida humana, já que muitas vezes elas se encontram fora das forças de mercado. Portanto, o Estado é, retomando a contribuição de Wood (2002, p. 23), o fundador e o salvador da economia de mercado autorregulada.

III.2.3 - O Mercado de Dinheiro

A venda de dinheiro no mercado, através do sistema da autorregulação, produz um rendimento chamado juro. Na medida em que os juros são formados pelos ajustes do sistema monetário, a utilização desse dinheiro pelos negócios capitalistas representa, para Polanyi (2012, p. 213), um “*perigo tão real e objetivo quanto no do homem e no da natureza*”.

Os perigos, de acordo com o autor, são as consequências da queda dos preços do dinheiro, tais como a “*dissolução da organização produtiva e a destruição massiva do capital*.” (POLANYI, 2012, p. 214). Entende-se que, caso os preços de venda dos negócios caiam por desequilíbrios no mercado monetário, os custos em uma situação de curto prazo não acompanham esta queda de forma equilibrada. Por conseguinte, o efeito nos lucros do produtor é negativo, assim como o efeito na organização produtiva.

Para Polanyi (2012, p. 214) a origem do problema é o fato de, no sistema de mercado, o dinheiro ser considerado uma mercadoria, isto é, um meio de troca; logo, não pode ser aumentado em grande quantidade a curto prazo sem que a quantidade de mercadorias não monetárias seja diminuída. Isso provoca uma disparidade entre a quantidade de dinheiro e o nível de produção e comércio, o que prejudica a atividade produtiva.

Em referência ao padrão-ouro do século XIX, Polanyi (2012, p. 215) alega que o ouro era a forma mais comum do dinheiro como mercadoria e, como tal, tinha a sua expansão limitada. Nesse quadro, o autor critica o padrão-ouro pela sua incompatibilidade com o sistema produtivo, dado que a limitação de dinheiro provocava deflação nos preços.

Embora esses perigos no mercado de dinheiro não sejam facilmente visualizados, em algum momento eles se tornam óbvios e, assim, a necessidade de proteção às empresas produtivas passa a ser considerada. Polanyi (2012, p. 213) aponta os Bancos Centrais modernos como um dos mecanismo de proteção à queda dos preços e, conseqüentemente, do

dinheiro dos negócios. A função do Banco Central era absorver os choques provocados pela queda nos preços através de fornecimento de crédito. Polanyi lista alguns métodos que podiam ser usados pelos bancos, entre eles os empréstimos de curto prazo e operações de mercado aberto.

Especificamente, Polanyi (2012, p. 219) afirma que “*o grande significado do Banco Central está no fato de a política monetária ter sido introduzida por ele na esfera política*”, cujas consequências de grande alcance se dividem entre as áreas nacional e internacional. Na nacional, o intervencionismo através de políticas monetárias foi a principal característica, inclusive no que diz respeito aos interesses de classe; na internacional, os bancos possibilitaram o surgimento do liberalismo nacional, anunciado especialmente pela emissão de moedas nacionais.

Contudo, ainda em crítica ao sistema de padrão-ouro, Polanyi (2012, p. 216) ressalta que o resultado das ações dos bancos para mitigar os efeitos da deflação de preços no rumo dos negócios provocou, na verdade, “*uma completa desorganização dos negócios e o conseqüente desemprego em massa*” (POLANYI, 2012, p. 216). Mais uma vez, Polanyi aponta que os resultados do avanço dos mercados e a ficção do dinheiro como mercadoria, assim como ocorreu com a terra e o trabalho, comprometeram a sociedade.

III.3 - Argumentação Teórica de Polanyi: uma Síntese

O esforço de Polanyi em AGT concentra-se na transformação da sociedade oitocentista para aquela cem anos adiante. Fazendo uso de análises e exemplos históricos, Polanyi torna central em seu trabalho a ideia de ausência, até o século XIX, de uma sociedade onde a economia humana posicionava-se separada e superiormente ao resto da vida humana, existindo de acordo com suas próprias regras.

Até o século XIX existiram outras formas de organização da vida econômica através de trocas de mercado, em que outros princípios, que não a busca pelo lucro, determinavam a vida das pessoas. Polanyi ressalta que o objetivo das pessoas em sociedades pré-industriais consistia na subsistência e na comutatividade, enquanto nas sociedades modernas a principal motivação era o ganho pecuniário. Essa mudança representa, para Polanyi, uma ‘ruptura

violenta’, uma inversão na posição da economia na sociedade que, por sua vez, em sociedades modernas, encontrava-se sob o controle dos mercados (Cangiani; Polanyi, 2012a, p. 14).

Nesse sentido, a característica peculiar do século XIX é o surgimento do liberalismo econômico, que foi “*o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado.*”(POLANYI, 2012, p. 151). Duas características podem ser atribuídas a esse sistema de mercado autorregulável: a crença no progresso espontâneo das sociedades e a liberalização política dos mercados, isto é, a separação entre as instituições da política e economia.

O caráter não natural desta transformação é completamente relevante, visto que a dominação dos mercados nas economias capitalistas não foi um evento espontâneo como liberais do século XIX tentavam enunciar; foi, na verdade, um evento planejado. De acordo com Polanyi (2012, p. 155), “*Não havia nada de natural em relação ao laissez-faire; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso.*”.

O laissez-faire havia sido alcançado aos poucos e possuía três bases. Primeiramente, o mercado de trabalho competitivo, com a ideia de que o trabalho deveria encontrar o seu preço no mercado; depois, o padrão-ouro, que consistia no automatismo da criação de dinheiro; finalmente, o livre comércio internacional. Esses três pilares do laissez-faire precisavam funcionar conjuntamente, dado que qualquer um deles não funcionaria sozinho. Polanyi (2012, p. 155) afirma que “*era tudo ou nada*”.

O mercado autorregulável era a única forma de assegurar o liberalismo econômico (Polanyi, 2012, p. 155). Tendo em vista esse fato pode-se dizer que a imposição do laissez-faire na sociedade foi feita deliberadamente pelo Estado. Indivíduos não poderiam alcançar naturalmente esse mecanismo automático sem a participação do Estado porque as informações e o poder necessários para essa missão só eram observados no corpo político (Polanyi, 2012, p. 156). Portanto, o mercado autorregulado foi constituído a partir de constante intervenção política que, por sua vez, foi responsável pela manutenção desse sistema.

Outro aspecto importante na compreensão do argumento de Polanyi é a tensão que permeia esse sistema de mercado autorregulável. A partir do momento em que o homem, a

natureza e o dinheiro são considerados mercadorias com preços definidos em mercados, surgem problemas a serem resolvidos por políticas protecionistas, como a destruição do corpo social e do meio-ambiente. Nesse sentido a autorregulação não pode ser bem-sucedida, visto que provoca a destruição da sociedade.

Polanyi (2012, p. 231) agrupa as tensões sociais de acordo com as duas esferas institucionais mais importantes da sociedade, a economia e a política. No lado da economia, o principal problema enfrentado pelas nações era o desemprego, representante do desequilíbrio relativo à diminuição da produção, das receitas e do emprego; no lado da política, a tensão predominante era a luta de classes, decorrente de choques de interesses.

O intervencionismo governamental ocorreu em resposta às tensões e pressões das classes trabalhadoras e produtoras, decorrentes do funcionamento do sistema de mercado autorregulado. Logo, o desenvolvimento dos mercados gerou um ‘desenvolvimento paralelo’ em relação ao funcionamento dos Estados: a proteção do homem, da terra e da organização produtiva.

Em vista disso, Polanyi (2012, p. 239) afirma que a intervenção do Estado interferiu na autorregulação do sistema, de forma que *“cada vez menos os mercados podiam ser descritos como autônomos e como mecanismos automáticos de átomos em competição.”* (POLANYI, 2012, p. 240). Por esse ângulo, o protecionismo foi, para Polanyi, a causa da autorregulação imperfeita; de fato, o intervencionismo atua em oposição ao funcionamento automático das economias de mercado, descaracterizando-as como livres.

É justamente nesse sentido que Polanyi aponta a impossibilidade lógica do funcionamento dos mercados autorregulados e o fracasso das sociedades modernas em separar institucionalmente as esferas política e econômica (Cangiani; Polanyi, 2012a, p. 28). As economias de mercado não poderiam funcionar, portanto, sem um controle consciente, caso contrário a sociedade seria aniquilada.

III.4 - A correspondência entre Polanyi e Marx

A relação entre os projetos de Polanyi e Marx é complexa. Nas palavras de Halperin, expressas por Özel e Yilmaz:

*“Em alguns aspectos o trabalho de Polanyi é uma interpretação de Marx; em outros aspectos é uma elaboração, ou pelo menos uma partida significativa; em outros é uma crítica. A leitura de Polanyi nos permite ler Marx de forma diferente, e vice-versa. A questão não é, simplesmente, se Polanyi era ou não um marxista.”*²⁵
(HALPERIN, 1984 apud ÖZEL, YILMAZ, 2005, p. 2)

Uma diferença a ser destacada é o próprio espaço institucional analisado por cada autor; enquanto Marx trata exclusivamente do capitalismo e faz raras referências às sociedades antecedentes, Polanyi disserta principalmente sobre as sociedades pré-capitalistas, em um constante debate comparativo à sociedade capitalista.

Halperin (1988, p. vii) ressalta, como um primeiro elemento semelhante nas visões de Marx e Polanyi, a abordagem histórica e antropológica usada pelos autores. Um segundo elemento de identidade é a forma evolutiva que os autores visualizam a sociedade e a dinâmica dos processos econômicos (Halperin, 1988, p. 5), seja através de classes sociais, como é o caso de Marx, ou através de instituições, como é o caso de Polanyi. De fato, Marx define a história da sociedade como a história das lutas de classe e Polanyi analisa a história das sociedades pela integração ou separação entre as instituições política e econômica.

Özel e Yilmaz (2005, p. 3) destacam a semelhança entre o substantivismo de Polanyi e o materialismo histórico de Marx. O substantivismo polanyiano representa o fato de que ser humano não pode existir sem possuir uma relação instituída social e fisicamente, e não puramente econômica, com o seu ambiente. Essa ideia remete ao fato já citado de que as relações econômicas, para Polanyi, não devem estar sobrepostas às sociais, mas devem estar incluídas nelas.

O materialismo histórico se preocupa com ‘diversos aspectos’ da atividade humana, principalmente o fato de os seres humanos serem construídos coletivamente e transformados a partir de processos históricos. Os seres humanos são unidades de individualidade e sociabilidade e podem ser descritos, nessa perspectiva, como seres sociais (Özel e Yilmaz, 2005, p. 20).

²⁵ Tradução minha de: *“In some ways Polanyi’s work is an interpretation of Marx; in some ways it is an elaboration, or at least a significant departure; in some ways it is a critique. A reading of Polanyi enables us to read Marx differently, and vice versa. The issue is not, simply, whether or not Polanyi was a Marxist.”*

Outro elemento de similaridade entre os trabalhos de Polanyi e Marx é o caráter desumanizante que ambos atribuem às economias capitalistas, embora a abordagem dos autores seja diferente. Enquanto Polanyi se concentra especificamente na desumanização das pessoas pelos mercados, quando elas são consideradas mercadorias transacionáveis, Marx ressalta constantemente a exploração feita pelos capitalistas sobre o proletariado, quando estes são utilizados como meio de beneficiar a classe capitalista. O caráter exploratório do capitalismo representa, na verdade, a desumanização dos trabalhadores, que são vistos apenas como força de trabalho. Por esse ângulo, Polanyi e Marx se identificam.

Mais uma semelhança envolve, para Özel e Yilmaz (2005, p. 3), as ideias de fetichismo da mercadoria de Marx e de mercadorias fictícias de Polanyi, uma vez que ambas as ideias dizem respeito à perda de relações sociais nas mercadorias quando elas são transacionadas em mercados. Contudo, o próprio Polanyi diz em AGT que o conceito de Marx do caráter fetichista da mercadoria “*não tem nada em comum com as mercadorias fictícias mencionadas no texto.*” (POLANYI, 2012, p. 78).

CONCLUSÃO

Inúmeros pensadores tentaram dissertar sobre a sociedade e os processos que a permeiam. Muitos deles tentaram, ainda, criar teorias econômicas que fornecessem novas possibilidades para uma reprodução social satisfatória, em grande parte porque a forma como a sociedade é conduzida não parece ser bem-sucedida para todas as partes. No trabalho em questão, o capitalismo está no centro das atenções. Esse sistema, que baseia-se em princípios liberais para o seu funcionamento, aproxima-se do que foi dito por Adam Smith; e o trabalho de Marx e Polanyi se insere no escopo das novas teorias econômicas, já que representam uma tentativa teórica de dar respostas mais eficazes aos diversos processos econômicos e sociais.

Aproprio a declaração de Skousen (2007, p. 64) sobre Adam Smith ser o criador do *laissez-faire*. Pode-se dizer que ARN foi o instrumento responsável por isso; foi uma obra monumental em termos de alcance e apreço que não apenas ajudou a transformar como as transações e os processos econômicos ocorreriam mas, acima de tudo, forneceu uma fórmula universal para a prosperidade. É importante ressaltar que, para o entendimento amplo das respostas contidas em ARN, a leitura de Smith também deve ser ampla, de forma a abarcar também seu primeiro trabalho, a TSM, que forneceu uma iluminação para diversos tópicos sobre a vida em sociedade.

Nas páginas de ARN, Smith descreve o comportamento econômico dos indivíduos, baseado na natureza humana, que são responsáveis pelo bom funcionamento da sociedade; a prosperidade ocorreria da ação espontânea dos indivíduos na busca de seus próprios interesses. A base do sistema proposto por Smith é, portanto, a garantia da liberdade econômica individual pela ação política, que envolve desde a existência de propriedade privada até o uso da força policial através do sistema de justiça. A liberdade econômica é, além de responsável pelo bem comum material, um direito de todos.

Embora Smith afirme que a prosperidade em um sistema de mercados autorregulados ocorre para pessoas de todas as classes, o que ele chama de opulência universal, ele não responde por muitos dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora sob o sistema capitalista, tal qual o desemprego em massa criado pelo próprio sistema. A compreensão principal sobre isso é encontrada em *O Capital*, de Marx, que, por sua vez, de acordo com

Skousen (2007, p. 64), é o grande destruidor do *laissez-faire*. A consideração de Marx como o grande crítico do liberalismo econômico ocorre porque, diferente de Smith, Marx visualiza a ação livre dos indivíduos em busca do seu próprio interesse como condutoras a uma situação crítica, em especial no que tange à luta de classes.

A sociedade que Marx trata não é aquela mutuamente benéfica visualizada por Smith, pelo contrário, Marx trata de uma sociedade com crises, inconsistências e contradições; além disso, o capitalismo é considerado por ele um sistema destrutivo, na medida em que a resposta para o funcionamento do capitalismo é assentada na alienação e exploração dos trabalhadores, medidas que prejudicam a organização da sociedade e o desenvolvimento dos indivíduos. O trabalho humano, tão importante para o desenvolvimento pessoal e das relações sociais dos seres humanos acaba ocorrendo de forma fria e cruel para com a vida dos trabalhadores e, assim, até mesmo a reprodução da classe trabalhadora é ameaçada. A ameaça é tão real que até mesmo o Estado dominado por interesses burgueses é impelido a interferir e a mediar o impulso capitalista por mais-trabalho.

A abordagem de Marx é focada especialmente na relação capital-trabalho. Uma vez que a exploração é o resultado direto do ‘impulso capitalista por enriquecimento’, a relação capital-trabalho aparece, no modo de produção capitalista de produção, sob uma forma antagônica. Longe de alcançar o sonho de Smith, a sociedade produz uma riqueza crescente de um lado e, do outro lado, uma classe de trabalhadores que não usufrui do produto do seu próprio trabalho. A propriedade privada é uma das bases do sistema capitalista e ela aparece, aqui, como uma consequência da alienação do trabalho, visto que o lucro sobre o trabalho humano passa a pertencer a outra classe.

Sob o pressuposto de mecanismos automáticos, o modo de produção capitalista produz, além de uma classe de trabalhadores explorados e doentes, uma classe de trabalhadores desempregados que podem ser usados quando a classe capitalista desejar. O aumento do bem-estar material prometido por Smith não é visualizado, em grande parte porque todo o capital valorizado pelo trabalhador, ao invés de melhorar a sua condição, a piora. Logo, é de natureza peculiar ao modo de produção capitalista a exclusão de trabalhadores do seu próprio trabalho e, principalmente, das riquezas produzidas por ele mesmo.

Polanyi, embora também reconheça a capacidade destrutiva do sistema capitalista, adota uma abordagem diferente de Marx, a saber, a subordinação da sociedade a um mecanismo de mercado, enquanto Marx trata basicamente de uma relação social instituída no modo de produção capitalista, dominada pelos impulsos da classe capitalista.

Para Polanyi, a vida humana não pode ser explicada apenas pelos mercados; existem diversos aspectos extraeconômicos na vida dos seres humanos que também são antropológicamente relevantes, tais como parentesco, comutatividade, política e religião. Quando os mercados tentam responder especificamente pela totalidade da vida econômica dos indivíduos, diversos aspectos sociais são perdidos e, por isso, os mercados falham em sua tentativa de fornecer uma resposta progressista para a sociedade.

Com base na em uma análise histórica, Polanyi sustenta os seus argumentos: é uma impossibilidade a tentativa dos mercados autorregulados explicarem a totalidade da vida econômica das pessoas, visto que anteriormente ao século XIX outros princípios forneciam respostas suficientes para os processos econômicos e sociais. Os mercados autorregulados são, para Polanyi, uma tentativa recente de explicar as novas estruturas de uma sociedade industrial, mas não representam nada mais do que uma pura ‘utopia’.

Por que os mercados autorregulados são utópicos? A resposta para essa pergunta se desdobra em duas partes. Primeiro, porque uma sociedade não poderia existir cujo controle estivesse exclusivamente sobre mecanismos automáticos. De fato, como mostra Polanyi, o funcionamento das sociedades ocorreu em simbiose ao poder político que não apenas contribuiu para a manutenção dos mercados mas, também, para a sua criação. Segundo, o controle da vida econômica pelo mercado representa a conversão do homem e da natureza em commodities, fato acompanhado desde o princípio por ações integradas para defender a sociedade contra o mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPROMOURGOS, Tony. *The Science of Wealth: Adam Smith and the framing of political economy*. Routledge, 2009.

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. *Revista de Estudos Econômicos*, p. 635-662, 2007.

BLAUG, Mark. *The methodology of economics: Or, how economists explain*. Cambridge University Press, 1992.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BROWN, Vivienne. *The Adam Smith Review*. Routledge, 2008.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Revista de economia política*, v. 24, n. 3, p. 422-441, 2004.

_____. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 36, n. 4, p. 667-697, 2006.

_____. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 35, n. 111, p. 57-86, 2008.

COUTINHO, Maurício Chalfin. *Lições de economia política clássica*. Editora HUCITEC, 1991.

GANEM, A. Adam Smith e a Explicação do mercado como Ordem Social: uma abordagem histórico-filosófica, *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 4, nº 2, julho/dezembro, 2000.

HAAKONSSSEN, Knud (Ed.). *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge University Press, 2006.

_____. *The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge University Press, 1981.

HALPERIN, Rhoda H. *Economies across cultures: towards a comparative science of the economy*. Springer, 1988.

HENDERSON, William. Evaluating Adam Smith. Routledge, 2006.

HIRSCHMAN, Albert O. As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Paz e terra, 1979.

MARCONDES, Danilo. As origens do pensamento moderno e a idéia de modernidade. Iniciação à História da Filosofia, 2001.

MARX, Karl. (1867). O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILGATE, M & STIMSON, S. After Adam Smith: A Century of Transformation in Politics and Political Economy, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

NAVES, Márcio Bilharinho. Marx: ciência e revolução. UNICAMP, 2000.

ÖZEL, Hüseyin; YILMAZ, Erdal. What Can Marxists Learn From Polanyi? In: 10th International Polanyi Conference: 'Protecting Society and Nature from Commodity Fiction', October. 2005.

POLANYI, K. (1944). A grande transformação: as origens da nossa época. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 349p.

_____. A Substância do Homem e Ensaio Correlatos, Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a.

REDMAN, Deborah. The rise of political economy as a science. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

ROTHSCHILD, Emma. Economic sentiments. Harvard University Press, 2001.

SMITH, Adam. (1776). A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas, 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. (1759) The Theory of Moral Sentiments. Cambridge University Press, 2002.

_____. Essays on philosophical subjects. London: T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795.

SKOUSEN, Mark. The big three in economics: Adam smith, karl marx, and john maynard keynes. ME Sharpe, 2007.

VINER, Jacob. Adam Smith and laissez faire. *Journal of Political Economy*, v. 35, n. 2, p. 198-232, 1927.

WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. Verso, 2002.

YOUNG, Jeffrey T. Unintended order and intervention: Adam Smith's theory of the role of the state. *History of political economy*, v. 37, n. Suppl 1, p. 91-119, 2005.